



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

SILVIA ELAINE SANTOS DE CASTRO

**RAÇA E GÊNERO:**  
OLHARES E SENTIDOS NA REVISTA EPARREI

---

Londrina  
2013

SILVIA ELAINE SANTOS DE CASTRO

**RAÇA E GÊNERO:  
OLHARES E SENTIDOS NA REVISTA EPARREI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cleide Chiarotti  
Cesário

Londrina  
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

C355r Castro, Silvia Elaine Santos de.

Raça e gênero : olhares e sentidos na revista Eparrei / Silvia Elaine Santos de Castro. – Londrina, 2013.  
106 f.

Orientador: Ana Cleide Chiarotti Cesário.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Revista Eparrei – Teses. 2. Racismo – Brasil – Teses. 3. Negras – Brasil – Teses. 4. Brasil – Relações raciais – Teses. 5. Análise do discurso – Teses. I. Cesário, Ana Cleide Chiarotti. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU 323.118(81)

SILVIA ELAINE SANTOS DE CASTRO

**RAÇA E GÊNERO:**

OLHARES E SENTIDOS NA REVISTA EPARREI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais..

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Ana Cleide Chiarotti Cesário -  
Orientadora  
UEL – Londrina - PR  
Presidente da Comissão Examinadora

---

Profa. Dra. Rosane Borges da Silva  
UEL – Londrina -  
1º Membro Titular

---

Prof. Dr. Fabio Lanza  
UEL – Londrina - PR  
2º Membro Titular

---

Profa. Dra. Teresinha Bernado  
PUC – São Paulo - SP  
1º Membro Supente

---

Profa. Dra. Ana Maria Chiarotti de Almeida  
UEL – Londrina - PR  
2º Membro Supente

Londrina, 17 de setembro de 2013.

Às minhas ancestrais, principalmente,  
minha mãe, Gildete  
mulher, guerreira,  
Negra!

## AGRADECIMENTO

Um agradecimento especial à minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Ana Cleide Cesário, pela confiança, incentivo, simpatia e presteza no auxílio às atividades e discussões sobre o andamento desta dissertação. Sua colaboração foi ímpar para minha formação. Admiro seu trabalho, o seu respeito e dedicação para com os alunos. Que esta nova fase seja de descanso e de realizações.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela enriquecedora colaboração na formação do nosso conhecimento. Às Coordenadoras do Programa, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Simone Wolff e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ileizi Luciana Fiorelli Silva pela presteza e atenção às nossas solicitações. Ao Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> José Julio Nunes Ferreira pela dedicação e presteza em me atender nas monitorias. Aos profissionais da secretaria de pós-graduação, em especial à Roseli e ao Ricardo.

Aos colegas de classe pela troca de informações e materiais. Em especial, para os que se tornaram verdadeiros amigos.

Agradeço, também, ao pessoal da Casa de Cultura da Mulher Negra, Alzira Rufino e Urivani de Carvalho, que prontamente atenderam as minhas solicitações e me receberam com tanto carinho e atenção.

Agradeço à CAPES pelo auxílio financeiro para a concretização deste trabalho.

Um agradecimento especial à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosane Borges, que foi fundamental e principal incentivadora para minha permanência na área acadêmica. Obrigada por sua amizade, pela atenção, pelo carinho e confiança depositada em mim e em meu trabalho.

À minha família. Ao meu pai e minha mãe pelo apoio, compreensão e carinho, comigo e com meus filhos. Em especial à minha mãe, companheira inseparável e incansável, de todas as lutas. Às minhas crianças, Victor e Bianca, meus companheiros, que compreendem a distância e a falta de tempo da mãe.

*A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para  
“ninar os da casa grande” e sim para incomodá-los em seus  
sonos injustos.*

**- Conceição Evaristo -**

CASTRO, Silvia Elaine Santos de. **Raça e gênero: olhares e sentidos na revista eparrei**. 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

## RESUMO

Este trabalho aborda aspectos específicos da condição da mulher negra no Brasil, por meio das práticas e formações discursivas da revista *Eparrei*, veículo de comunicação da Casa de Cultura da Mulher Negra na cidade de Santos, no estado de São Paulo. Nossa discussão centra-se em quais seriam as estratégias discursivas (formações discursiva e ideológica) utilizadas pela Revista *Eparrei* para produzir (novos) sentidos no imaginário social brasileiro e na memória coletiva acerca da mulher negra. Mostra como a análise da revista dá acesso à produção de sentidos sobre relações de raça e gênero na sociedade brasileira, revelando um discurso de resistência aos marcadores sociais dominantes e padrões hegemônicos. Indica, na trama textual dos editoriais da revista, novos sentidos que podem ser tomados como referenciais de identidade e prática política. Um discurso perpassado por outros discursos transversos cujas origens estão nas tradições afro-brasileiras e que busca a afirmação da mulher negra e a contra hegemonia à formação ideológica que dá sustentação ao racismo. Com essa leitura, não podemos deixar de notar o silenciamento em torno do Estatuto da Igualdade Racial, o que sugere uma crítica ou rejeição a esse instituto jurídico. Concluimos que, assim como a atuação do racismo no Brasil, se dá no subentendido, no implícito e nas ações cotidianas, os editoriais da revista *Eparrei* utilizam, sugerem e defendem a sutileza para romper com o imaginário negativo que circunda cidadãos, negros e negras.

**Palavras-Chave:** Racismo e gênero. Memória. Análise do discurso. Revista eparrei. Mulher negra no Brasil.

CASTRO, Silvia Elaine Santos de. **Race and gender:** perspectives and directions in the magazine eparrei. 106 p. 2013. Dissertation (Master's degree in Social Sciences) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

### **ABSTRACT**

This paper addresses specific aspects of the condition of black women in Brazil, through the practices and discursive formations magazine Eparrei vehicle communication Casa de Cultura da Mulher Negra in the city of Santos, in São Paulo. Our discussion focuses on what are the discursive strategies (discursive and ideological formations) used to produce the magazine Eparrei (new) ways in Brazilian social imagery and collective memory about the black woman. Shows how the analysis of the magazine gives access to the production of meanings about race and gender relations in Brazilian society, revealing a discourse of resistance markers dominant social and hegemonic patterns. Indicates, the plot of textual magazine's editorial, new directions that can be taken as benchmarks for identity and political practice. A discourse permeated by other discourses transverse whose origins are in the african - Brazilian traditions and seeking affirmation of black women and against the hegemonic ideological formation that supports racism. With this approach, we can not help noticing the silence around the Racial Equality Statute, which suggests a criticism or rejection of this legal institute. We conclude that, like the role of racism in Brazil, takes the subtext, the implicit and in everyday actions, the magazine's editorial Eparrei use, suggest and defend the subtlety to break the negative imagery surrounding citizens, black men and women.

**Keywords:** Racism and gender. Discourse analysis. Magazine eparrei. Black women in Brazil.

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

<b>AD</b>	Análise do Discurso
<b>CCMN</b>	Casa de Cultura da Mulher Negra
<b>FD</b>	Formação Discursiva
<b>FI</b>	Formação Ideológica
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>Ipea</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2</b>	<b>UMA PROPOSTA DE OLHAR: NOVAS PERSPECTIVAS DE FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS</b> .....	15
2.1	CONSIDERAÇÕES ACERCA DA NOÇÃO DE RACISMO .....	15
2.1.1	Especificidades Sobre o Racismo no Brasil .....	18
2.2	CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS DISCUSSÕES DE GÊNERO .....	25
2.2.1	A Ideia de Interseccionalidade nos Estudos de Gênero .....	27
2.2.2	Raça e Gênero: uma Abordagem à Brasileira .....	30
2.3	COMUNICAÇÃO, RACISMO, ESTEREÓTIPOS E OPINIÃO PÚBLICA.....	34
<b>3</b>	<b>UMA PROPOSTA DE SENTIDO: CONCEITOS E MÉTODOS NA AD</b> .....	44
3.1	ANÁLISE DO DISCURSO: UMA QUESTÃO DE MÉTODO .....	44
3.2	SOBRE OS CONCEITOS DE SENTIDO E EFEITO DE SENTIDOS.....	50
3.3	CONDIÇÕES (MATERIAIS) DE PRODUÇÃO .....	52
3.3.1	Contexto Imediato: Casa de Cultura das Mulheres Negras.....	53
3.3.2	Contexto Imediato: Revista <i>Eparrei</i> .....	54
3.4	A CONSTRUÇÃO DO <i>CORPUS</i> : PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	57
<b>4</b>	<b>ANÁLISES DOS EDITORIAIS</b> .....	59
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOBRE AS FD's E A FI</b> .....	76
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	80
	<b>ANEXOS</b> .....	84
	ANEXO A – Editoriais da Revista <i>Eparrei</i> .....	85
	ANEXO B – Entrevista Alzira Rufino .....	99
	ANEXO C – CD arquivos digitais: Capas, sumários e editoriais .....	106

## 1 INTRODUÇÃO

*O sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuaram uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros.*  
**- bell hooks -**

A comunicação é tida, na sociedade contemporânea, como forma e meio de estar inserido no mundo, para se ver e ser visto. Com o avanço das tecnologias dos meios de comunicação, ter acesso e dominar a informação tornou-se uma forma de poder. Os veículos de comunicação<sup>1</sup> reforçam, produzem e reproduzem discursos hegemônicos, na busca de uma padronização e manutenção da ordem social vigente, legitimando e normatizando estereótipos e estigmas de determinados grupos sociais. Vivemos em uma sociedade racista. E o racismo precisa ser compreendido e analisado enquanto processo estrutura/estruturante da sociedade brasileira.

A Revista *Eparrei* faz parte das práticas comunicativas<sup>2</sup> da Casa de Cultura da Mulher Negra (CCMN) que visa a ruptura dessa prática. A CCMN entende a comunicação como instrumento propício para construção de um espaço de fala e divulgação de *novos* discursos marcados pela luta contra o racismo e o sexismo. A Comunicação, então, é vista como dispositivo fundamental para essa busca.

Esta dissertação apresenta o resultado final do projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina em 2011. A proposta buscou investigar as práticas discursivas utilizadas pela revista *Eparrei* para produzir sentidos sobre/para a mulher negra brasileira, sua possível colaboração na construção de uma identidade positiva a esta parcela da população e sua contribuição para a luta anti-racista nacional<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> É com a dominação dos aparelhos ideológicos de Estado (AIE) que a elite burguesa reproduz sua lógica de dominação excludente e desigual. E o faz principalmente através da escola, sem deixar de lado, evidentemente, a igreja, a família, sindicatos, o direito, a mídia e outros. Age, portanto, de forma ideológica, reproduzindo um sistema excludente e desigual, através das próprias pessoas que por ele são exploradas e utilizadas como meio. Informações em: <http://www.ihj.org.br/pdfs/rm2008.pdf>

<sup>2</sup> Entendemos por práticas comunicativas todas as produções no campo da comunicação, tais como boletins informativos, revistas, sites, blogs, publicações impressas, vídeos, imagens fotográficas, folders e folhetos.

<sup>3</sup> Todos os editoriais da revista impressa estão em anexo.

Tive meu primeiro contato com a Revista *Eparrei* no VI Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as) em 2010 no Rio de Janeiro, quando participava de uma oficina. A revista me chamou atenção por sua qualidade gráfica, textual e pela qualidade do conteúdo apresentado.

Acredito que compreender os processos, a organização, o *modus operandi* e o que nos difere hierárquica e socialmente na nossa sociedade são essenciais para perceber/pensar nosso lugar no mundo e, talvez um dia, alterar sensivelmente nossa realidade, nossas relações sociais.

Este trabalho tem por objetivo refletir a partir das formas de discriminação e opressão que mulheres negras brasileiras vêm sofrendo ao longo dos séculos e as possíveis formas de superação dessas adversidades pensadas a partir das formações discursivas presentes na revista *Eparrei*.

Nossa discussão centra-se em quais seriam as estratégias discursivas (formações discursivas e formação ideológica) utilizadas pela Revista *Eparrei* para produzir (novos) sentidos no imaginário social brasileiro e na memória coletiva acerca da mulher negra.

Buscamos observar e apontar o impacto que as interseções entre raça e gênero têm na constituição das formações discursivas dos editoriais. A perspectiva adotada parte do pressuposto que os embates discursivos, políticos e ideológicos, expressos em veículos de comunicação como a Revista *Eparrei* são de extrema importância para o desenrolar das lutas contra-hegemônicas.

Partimos do pressuposto que os editoriais sugerem uma formação ideológica de combate e resistência, no âmbito do Estado Democrático de Direito<sup>4</sup>, para a efetivação de mudanças e a inclusão sócio-econômica e política da população negra na sociedade brasileira.

Os conceitos de raça e racismo norteiam nosso trabalho, sendo que suas especificidades são entendidas pela interseccionalidade de raça e classe, levando-se também em consideração os estudos dos marcadores sociais da

---

<sup>4</sup> Entendemos por Estado Democrático de Direito o Estado que se aplica a garantir o respeito das liberdades civis, o respeito pelos direitos humanos e pelas garantias fundamentais, através do estabelecimento de uma proteção jurídica. Em um estado de direito, as próprias autoridades políticas estão sujeitas ao respeito das regras de direito. Ou seja, é um conceito de Estado que busca superar o simples Estado de Direito concebido pelo liberalismo. Garante não somente a proteção aos direitos de propriedade, mais que isso, defende através das leis todo um rol de garantias fundamentais, baseadas no chamado "Princípio da Dignidade Humana" Informações em [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=10143](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10143)

diferença. Uma reflexão que considera as possíveis articulações do racismo com as condições materiais de existência, como também sua produção e reprodução no imaginário social brasileiro.

Condições que podem ser percebidas pelas estatísticas sobre as desigualdades sociais que posicionam a mulher negra no último estrato sócio-econômico da sociedade.

Os efeitos devastadores do racismo podem ser percebidos nos índices sociais, culturais e econômicos no Brasil e no mundo. Nas pesquisas de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil demonstra o seu fosso abissal entre negros e brancos.

A população afro-brasileira apresenta um IDH de um país de nível de desenvolvimento humano médio, enquanto que o índice da população branca é considerado elevado. No ano 2000, o IDH-M da população branca do Brasil era 0,814 e este valor colocaria os brancos brasileiros na 44ª posição. Enquanto que o IDH-M da população negra foi de 0,703. Este índice colocaria os negros brasileiros, neste mesmo ano, entre a 104ª e a 105ª posição.

O estudo ***Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça***<sup>5</sup>, publicado em 2008 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apresenta dados sobre a desigualdade entre mulheres e homens e entre negros e brancos em diversas áreas, como renda, educação, saúde, habitação e outras. Destaca um importante fenômeno identificado ao longo dos últimos anos que se refere ao aumento da proporção de negros na população brasileira.

Entre 1993 e 2007, a proporção de negros aumentou de 45,1% para 49,8%, enquanto que a de brancos, inversamente, passou de 54,2% para 49,4%. No grupo masculino, percebe-se a existência de uma curva ascendente da proporção de negros, que, desde 2005, colocou este grupo como majoritário entre os homens (51,1%, contra 48,1%, entre os brancos). Entre as mulheres, a mesma tendência é verificada, mas as negras ainda não representam a maioria entre a população feminina, ainda que este movimento tenha se tornado mais expressivo nos últimos três anos (48,5%, frente a 50,6% para a população branca).

O aumento da população que se identifica como preta ou parda ocorre em praticamente todas as faixas etárias, indicando que não se trata de uma

---

<sup>5</sup> Os números se referem aos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio de 2006.

questão geracional de auto-afirmação identitária ou de uma maior taxa de natalidade da população negra. A população brasileira vem demonstrando mudanças na sua forma de auto-declaração de pertencimento a um grupo de cor/raça, o que sinaliza que os padrões culturais populacionais vêm se alterando nos últimos anos.

Optamos por analisar os editoriais da revista, pois, no jornalismo, essa seção reserva-se para expressar a opinião do veículo. As demais sugerem um texto mais imparcial, menos opinativo. A Análise do Discurso de linha francesa foi o instrumento metodológico escolhido para a leitura e interpretação dos textos. Esse procedimento consiste em pensar o entremeio, a exterioridade do texto.

A revista teve, primeiramente, uma edição especial publicada em maio de 2001 e 16 números impressos entre novembro daquele ano e maio de 2010. Desse total, selecionamos cinco editoriais para esse trabalho. A partir de 2011 a revista passa a ser publicada apenas na internet. Ela pode ser acessada no endereço [www.casadeculturadamulhernegra.org.br/revista\\_eparrei.htm](http://www.casadeculturadamulhernegra.org.br/revista_eparrei.htm).

Para conhecer mais sobre as condições de produção da revista, fizemos uma visita à Casa de Cultura da Mulher Negra em maio de 2013 e realizamos uma entrevista com Alzira Rufino, diretora-presidente da CCMN e editora-chefe da revista.

Estruturamos nosso trabalho em quatro capítulos.

No primeiro capítulo refletimos, numa perspectiva sócio-histórica, sobre os conceitos de raça e racismo, a história da inserção dos negros na sociedade brasileira. Cogitamos a possibilidade da articulação entre as diversas formas de discriminação à que as mulheres negras estão expostas, ou seja, por meio do panorama dos estudos dos marcadores sociais da diferença e da interseccionalidade.

O objetivo deste capítulo é versar sobre a relação entre o discurso hegemônico e os estereótipos que circundam o sujeito *mulher negra* e pensar quais seriam os pré-conceitos/pré-construídos a serem combatidos em um discurso contra-hegemônico. Daí o nome da seção: *uma proposta de olhar*<sup>6</sup> por sugerir uma

---

<sup>6</sup> Ver é um “olhar” frio, sem interesse, com propósito de apenas tomar conhecimento de que algo existe, mas sem necessariamente internalizar a sua existência. Olhar necessita atenção especial, um momento dedicado a aquela ação – é um compromisso, uma responsabilidade, uma contemplação-. O olhar é algo mais humano, mais caloroso, preocupado com o propósito de perceber, sentir o que acontece consigo e com o mundo a sua volta. Pode-se dizer que o olhar é o “colocar-se no lugar do outro”, é o olhar o sensível, ponderado, interessado. Informação em:

reflexão sobre o assunto que é base-construtora do nosso trabalho: raça e sexismo. Entendemos que é por meio do olhar que percebemos o imperceptível.

O segundo capítulo é voltado para definir os conceitos e métodos que nortearão nossas análises. Como já dissemos, optamos, para esta investigação, pela Análise de Discurso de linha francesa (AD) como caminho teórico-metodológico, esse pensa o discurso enquanto produção, circulação e efeito de sentidos. Apresentamos a historicidade que circunda nosso objeto<sup>7</sup> e nossos procedimentos metodológicos.

No terceiro capítulo apresentamos a análise em si dos editoriais da revista. Uma leitura crítica e com profundidade, na proposta de apresentarmos o entremeio, a exterioridade dos editoriais. Para este trabalho escolhemos cinco editoriais. Suas leituras nos apontam para quatro principais formações discursivas: uma artístico-poética, uma sócio-política, uma religiosa e uma cultural.

Em nossas considerações finais, observamos que as FD's religiosa e cultural conduzem os processos argumentativos dos enunciados. Os sentidos de circularidade, ancestralidade, comunidade e força vital que sugerem os valores civilizatórios de sociedades negro-afiricanas, como já observado por Fábio Leite (1982), é a matriz da Formação Ideológica da revista *Eparrei*.

Num primeiro momento, nosso trabalho pode causar certo desconforto ao leitor. Racismo e desigualdade são assuntos complexos e densos, principalmente, quando a questão é refletir sobre a manutenção histórica de privilégios. É, com esta seriedade, que escolhemos abordar este tema. No entanto, acreditamos ser esse o caminho para sensibilizar opiniões para que se compreenda a sutileza e a sagacidade da atuação do racismo no Brasil, para que, assim, possamos buscar uma ruptura com essa prática. Acreditamos que a CCMN possui este mesmo entendimento, já que sua revista usa da delicadeza, argúcia e perspicácia para atingir seus objetivos.

---

[http://artenaescola.org.br/pesquise\\_artigos\\_texto.php?id\\_m=26](http://artenaescola.org.br/pesquise_artigos_texto.php?id_m=26)

<sup>7</sup> Histórico da CCMN e da revista *Eparrei*

## 2 UMA PROPOSTA DE OLHAR: NOVAS PERSPECTIVAS DE FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS

*A tomada de consciência da opressão ocorre,  
antes de tudo, pelo racial.*  
- **Lélia González** -

Conceituar o racismo, categoria que norteia nosso trabalho é fundamental para a concretização dos objetivos propostos inicialmente. Tal viés pretende explicitar os campos pré-definidos socialmente em que os embates ideológicos da revista *Eparrei* se inscrevem. Buscamos, também neste capítulo, pontuar os estudos de gênero, para que, de forma teórico-crítica possamos explorar os questionamentos levantados pelo(s) movimento(s) negro(s) feminista(s), imbuído de suas especificidades na realidade brasileira.

### 2.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA NOÇÃO DE RACISMO

Não pretendemos aqui regressar aos antigos debates biológicos sobre raça. Este conceito já é (academicamente) considerado há muito ultrapassado. Consideramos e conceituamos apenas sobre o aspecto social em que a categoria racial ainda é utilizada para legitimar as relações de dominação e o estabelecimento de hierarquias entre grupos humanos.

Para pensar esta categoria, mobilizamos o entendimento de Carlos Moore<sup>8</sup>, sobre raça e racismo. Em sua obra *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*, o autor afirma que o racismo foi definido historicamente e não ideologicamente, como define a maioria das obras sobre o assunto. Moore (2007, p.38) defende que “raça não é um conceito que possa ser definido segundo critérios biológicos. Porém, raça existe: ela é uma construção sociopolítica”.

Baseados nesta suposta 'superioridade racial', por séculos, alguns grupos étnicos buscaram justificar a escravidão humana. Moore (2007) afirma que a escravidão de um ser humano por outros seres humanos ocorreu na aparição de um

---

<sup>8</sup> Teórico cubano doutor em ciências humanas e em etnologia pela Universidade de Paris e chefe de Pesquisa na Escola para Estudos de Pós-Graduação e Pesquisas na Universidade do Caribe, na Jamaica.

excedente social, bem como a busca para a apropriação exclusiva deste excedente pelo setor mais organizado ou poderoso, levando a sociedade à consequente desigualdade socioeconômica e política.

Essa afirmação é baseada na teoria de Karl Marx, “esse fenômeno, de caráter universal, seria o grande responsável pelos sistemas de opressão de um ser humano pelo outro” (MOORE, 2007, p. 221).

Carlos Moore (2007, p.239-240) considera que nenhuma forma de escravização humana é benigna. Ele a define como uma 'morte social' “na medida em que as pessoas deixam de existir como ser humano aos olhos da sociedade dominante, e se vêem compelidas, por uma força brutal maior, a comportasse como um animal não-humano qualquer”.

A construção histórica descrita por Moore tem um impacto real sobre as desigualdades raciais. Indicadores socioeconômicos<sup>9</sup> demonstram a posição subjugada do negro em vários países, que demonstra a verdadeira monstruosidade causada pelo racismo no mundo.

A questão do racismo não abarcar apenas cidadãos negros e não-negros no mundo. O tema é, também, discutido pela filósofa alemã, Hanna Arendt, em sua obra ***Origens do totalitarismo: Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo***. A autora aborda os problemas enfrentados pelos judeus nos regimes totalitários do século XX e os desafios a serem encarados pela democracia no século XXI.

No capítulo *O pensamento racial antes do racismo*, a teórica pondera sobre a ideia do surgimento do pensamento racial na Alemanha nazista. Ela entende que a ideologia racial hitlerista teve forte influência e apoio internacional porque refletia a opinião pública de todos os países. Ela afirma que a Alemanha foi, apenas, o único país que promoveu o racismo enquanto doutrina estatal.

A verdade histórica de tudo isso é que a ideologia racista, com raízes profundas no século XVIII, emergiu simultaneamente em todos os países ocidentais durante o século XIX. Desde o início do século XX, o racismo reforçou a ideologia da política imperialista. O racismo absorveu e reviveu todos os antigos pensamentos racistas, que, no entanto, por si mesmos, dificilmente teriam sido capazes de transformar o racismo em ideologia (ARENDR, 1989, p. 188).

---

<sup>9</sup> Abordado na introdução.

A autora considera duas vertentes que se destacam nas interpretações dos acontecimentos históricos. A Ideologia racial que entende a história como uma luta natural entre raças e a ideologia de classes que explica a história como uma luta econômica de classes. Tais interpretações estabelecem-se como doutrinas nacionais oficiais, formando moldes formais de pensamentos, “a opinião pública livre as adotou de tal modo que não apenas os intelectuais, mas até grandes massas, rejeitam a apresentação dos fatos, que não se ajustem a uma delas” (ARENDR, 1989, p.189).

Sobre o sentido de ideologia a teórica aponta algumas considerações.

A ideologia difere da simples opinião na medida em que se pretende detentora da chave histórica, e em que julga poder apresentar a solução dos “enigmas do universo” e dominar o conhecimento íntimo das leis universais “ocultas”, que supostamente regem o homem e a natureza. (...) Toda ideologia que se preza é criada, mantida e aperfeiçoada como arma política e não como doutrina teórica. É verdade que, às vezes, como ocorreu no caso do racismo, uma ideologia muda o seu rumo político inicial, mas não se pode imaginar nenhuma delas sem contato imediato com a vida política. (ARENDR; 1989, p.189)

Ou seja, o racismo só ocorre entre grupos raciais que histórica e socialmente estejam estabelecidos hierarquicamente.

Sobre a dinâmica do racismo, dispomos das considerações do professor Kabengele Munanga<sup>10</sup>. Para ele a interpretação biológica do racismo começa a mudar a partir dos anos 1970 (que teve seu auge nas pesquisas eugenistas do início do século XX), que com os avanços das pesquisas no campo da genética humana, da bioquímica, contrariaram a ‘verdade’ científica da raça.

Assiste-se então ao deslocamento do eixo central do racismo e ao surgimento de formas derivadas tais como racismo contra mulheres, contra jovens, contra homossexuais, contra pobres, contra burgueses, contra militares, etc. Trata-se aqui de um racismo por analogia ou metaforização, resultante da biologização de um conjunto de indivíduos pertencendo a uma mesma categoria social. É como se essa categoria social racializada (biologizada) fosse portadora de um estigma corporal. Temos nesse caso o uso popular do conceito de racismo, qualificando de racismo qualquer atitude ou comportamento de rejeição e de injustiça social. Esse uso generalizado do racismo pode constituir uma armadilha ideológica, na medida em que pode levar à banalização dos efeitos do racismo, ou seja, a

---

<sup>10</sup> Pensador congolês radicado no Brasil, doutor em Antropologia Social e professor na Universidade de São Paulo.

um esvaziamento da importância ou da gravidade dos efeitos nefastos do racismo no mundo. (MUNANGA, 2013)

Sob este prisma que o professor defende que

O racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. (id. idem)

Atente que os dois teóricos abordam o racismo pelo ponto de vista da historicidade, porém, enquanto Arendt relaciona-o ao nazismo, indicando sua forma estatal e ideológica, Munanga ao analisá-lo em suas especificidades brasileiras, relaciona-o aos anos 1970, alertando para o perigo da generalização. Isto é para o emprego do termo a outras questões que vão além das relações de raça.

A partir das considerações levantadas acima, definimos por racismo atividades, conceitos e ideias que determinam como superiores e inferiores determinados grupos raciais, estabelecendo, portanto, hierarquias sócio-historicamente construídas.

### 2.1.1 Especificidades Sobre o Racismo no Brasil

Os primeiros negros chegaram ao Brasil em meados de 1516 e 1526. “Por essa época, os negros não chegariam diretamente da África, mas do Reino, como parte da 'bagagem' dos povoadores” (BASTIDE E FERNANDES, 1971, p.21).

Deste período até o século XIX o negro foi a principal força de trabalho da economia brasileira. Os negros tiveram participação preponderante na construção do “novo” país: primeiro no trabalho nos canaviais do nordeste, depois na extração de ouro e diamante em Minas Gerais e depois no trabalho nos cafezais paulistas.

Carlos Hasenbalg (1979, p.35) define a escravidão no Brasil como uma 'escravização paternalista', que desestabilizou as famílias negras e infantilizou o

negro, induzindo o escravo à dependência eterna do seu senhor. "O poder absoluto do senhor significou 'dependência absoluta para o escravo – a dependência não da criança em desenvolvimento, mas da criança perpétua'".

Com mais de três séculos de abusos e misturas étnicas, em 1888, o Brasil é o último país a abolir o sistema escravocrata, o que foi feito depois de muita pressão popular, das fugas dos escravos e das outras diversas formas de resistência.

Apesar da legalização da abolição, a crueldade da escravidão não acabou. O abandono, sem emprego, sem moradia, manteve a população negra como marginais na sociedade. Isto contribuiu para a construção dos estigmas ideológicos, tendo como justificativa o exotismo, a inferioridade e o barbarismo (OLIVEIRA, 2010).

Hasenbalg (1979, p.34) afirma que o pós-abolição perpetuou a sobrevivência de relações sociais nos padrões arcaicos de relações intergrupais, moldadas sob a escravidão. "Os negros e mulatos brasileiros foram admitidos com menos restrições numa classe baixa politicamente sem voz, dentro de uma sociedade altamente desigual".

Nenhuma medida foi adotada como compensação para a população negra. Pelo contrário, os donos de escravos receberam um valor em dinheiro por cada escravo liberto (HASENBALG, 1979). Deu-se início a forte campanha de imigração. Vieram para o Brasil italianos, japoneses, ucranianos etc.

Alguns autores<sup>11</sup> identificam este período como sendo uma tentativa de embranquecimento da população brasileira, pois o negro e o mulato não representariam a civilidade e o desenvolvimento almejados pelo país.

O silenciamento acerca da discriminação e preconceito de cor faz parte da construção do ideário de 'democracia racial' formulado nos estudos de Gilberto Freire<sup>12</sup>, que argumenta sobre a não existência de problemas raciais no Brasil, devido à grande miscigenação<sup>13</sup> da população brasileira.

No entanto, os estudos financiados pela Unesco na década de 1950, apresentam um outro Brasil ao mundo. Roger Bastide e Florestan Fernandes (1971) concluíram que a divisão de classes no Brasil corresponde à cor da pele, apontando

---

<sup>11</sup> Carlos Hasenbalg, Thomas Skidmore, Florestan Fernandes.

<sup>12</sup> Casa Grande e Senzala (1933), Sobrados e Mucambos (1936).

<sup>13</sup> Que, no pensamento de Freire, foi algo consensual por parte das escravizadas negras.

que, mesmo depois de anos de abolição, a população negra continua(va) à margem da sociedade e da economia.

Fernandes e Bastide (1971) afirmam que a perpetuação do preconceito e da discriminação racial deve ser interpretada em função dos interesses materiais e simbólicos do grupo dominante branco durante o período posterior ao fim do escravismo, que resulta na estratificação racial do negro.

Carlos A. Hasenbalg, na década de 1970, cunha o termo 'racismo institucional', no qual mecanismos de discriminação estão inscritos na operação do sistema social. Conhecido como racismo 'à brasileira' é classificado como sendo o mais devastador dos tipos de racismo e o de maior dificuldade de ser combatido, já que está condicionado ao imaginário da população.

Hasenbalg (1979, p.57) discute a estratificação social do negro na pós-abolição refutando a ideia de que a perpetuação dos negros em posições sócio-econômicas inferiores em termos de traços patológicos ou de cultura da pobreza. "Tal raciocínio implica ver a pobreza não como um efeito sistemático do racismo, mas como uma causa de si mesma".

A noção de zambo, por sua vez, proporcionou a base para o padrão de análise em que a posição subordinada dos negros é explicada como função de traços 'patológicos' auto-sustentados do grupo, - anomia e desorganização social, desagregação da família e cultura da pobreza. Nesse tipo de análise os negros são apresentados como vítimas de seus supostos defeitos, o racismo branco é subestimado e a pobreza torna-se uma condição que se autoperpetua. (HASENBALG, 1979, p.58)

Para o autor (HASENBALG, 1979) a situação sócio-econômica da população negra no Brasil não se justifica, apenas, pelo período de escravização. Ele reflete sobre os mecanismos desenvolvidos pela elite dominante para manutenção tanto do bloqueio da mobilidade social, quanto o consentimento dos racialmente subordinados.

O sociólogo Hélio Santos (2000) também aborda o tema da imobilidade social que o negro esteve relegado. Ele desenvolveu a teoria que chamou de 'Trilha do Círculo Vicioso' conceito que serve para demonstrar como a população negra foi condenada na pós-abolição, sem possibilidades reais de romper com o legado discriminatório.

O autor considera a abolição no Brasil um 'golpe branco', visto que os abolicionistas se satisfizeram com uma solução parcial para o problema, optando pelo não enfrentamento da aristocracia rural. O resultado deste processo de extinção do sistema escravocrata foi a imobilidade socioeconômica desta população.

Este é o início do processo do círculo vicioso:

Temos uma Abolição que não levou os negros à cidadania. Esse fato nos remete às dificuldades econômicas, que nos levam às dificuldades educacionais, o que significa baixa capacitação, a qual, por sua vez, remete os não-brancos aos piores empregos; o que mantém as dificuldades econômicas. A desmotivação é o subproduto natural desse estado de coisas. A dicotomia baixa-renda/escolaridade inferior nos leva, em continuação da trilha, àquilo que denominamos a *visão da sociedade*. Temos, no início da trilha do círculo vicioso, as dificuldades econômicas e educacionais dos não-brancos. As primeiras reforçando as últimas e estas impedindo a alteração daquelas... (SANTOS; 2000, p. 59) (grifo do autor)

Outra maneira de manutenção do papel subjugado do negro no Brasil é o silenciamento de sua história na memória oficial do país. Como indica Michael Pollak em seu artigo *Memória, esquecimento, silêncio* (1989, p. 3) a memória coletiva

longe de ver nela uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo.

Negar a história dos povos historicamente discriminados foi uma das estratégias para a manutenção do *status quo* da classe dominante em nosso país. Exaltação da cultura de outras etnias, que colonizaram nosso país no pós-abolição, completam este quadro em que a população negra está inserida. O negro foi deixado à margem da memória oficial do país, restringindo a esta população apenas o período da escravatura, sendo sempre lembrados como ex-escravos, demonizando suas crenças e determinando uma imagem selvagem e exótica a esta população.

Muitas variações e campos simbólicos nos atingem quando o tema em discussão é a formação da(s) identidade(s) no mundo contemporâneo. Maria Aparecida da Silva Bento (2002) identifica dois processos, especificamente, que marcam a identidade do brasileiro: o branqueamento e a branquitude.

A pesquisadora entende por branqueamento à busca de traços da identidade racial do branco no povo brasileiro, e o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial danifica sua auto-estima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais.

O processo de branquitude, em que é frequentemente identificado como um problema do negro, que descontente e desconfortável com a sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele (o branco) para diluir suas características. Processos inventados e mantidos pela elite branca brasileira, considerando seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie (a humana). A elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a sua própria auto-estima e o seu autoconceito em detrimento dos demais grupos humanos.

Na tentativa de superar essas desigualdades ocasionadas pelo racismo, o(s) movimento(s) social(is) negro(s) atuou(aram), e ainda atua(m), em diversas frentes na busca de transpor tais barreiras impostas historicamente à população negra.

#### 2.1.1.1 Lutas e conquistas do(s) movimento(s) negro(s) no Brasil

O Movimento Negro surge a partir de 1930 com a Frente Negra Brasileira (FNB). A FNB teve uma forte atuação no combate à discriminação e constitui-se como partido político. Mas em 1935, com o Estado Novo de Getúlio Vargas, foi declarada ilegal e dissolvida.

Este movimento social, enquanto sujeito político e coletivo, surge no final dos anos 1970 e buscou construir plataformas de ações voltadas para a inclusão dessa população na sociedade. No âmbito dos demais movimentos sociais que surgem neste período, o movimento negro se diferencia por sua história.

Em vista dos acontecimentos era preciso se desvincular da história oficial e apresentar uma nova chave histórica: o racismo “ocultado” pelo discurso acerca da democracia racial, vivenciado cotidianamente pela população negra, bem como a sua decorrente invisibilidade. Para Nilma Lino Gomes (2006, p.4) “um dos

méritos do Movimento Negro ao longo dos tempos tem sido o fato de desvelar esse discurso e indagar a suposta convivência harmoniosa das relações raciais no Brasil”.

Hoje se fala na existência de Movimento(s) Negro(s) devido à diversidade de grupos e frentes de lutas que atuaram e atuam no combate ao racismo. Essa postura que assumiremos em nosso trabalho.

No período da Ditadura Militar (1964-1985), o(s) Movimento(s) Negro(s) teve (tiveram) de recuar para suas formas tradicionais de resistência cultural, com exceção da cidade do Rio de Janeiro, que com Abdias do Nascimento e o Teatro Experimental do Negro (criado em 1944), manteve suas atividades. Em 1988, com a nova Constituição brasileira, a discriminação racial passa a ser considerada crime.

A discussão, na área acadêmica, da necessidade da adoção de medidas compensatórias à população negra por séculos escravizada começa com Guerreiro Ramos em 1950. Ele defendia a reserva de vagas para negros como instrumento apto para diminuir as diferenças entre negros e brancos. (GOMES, 2006)

Este assunto foi pauta do legislativo na década de 1983, quando o então deputado federal Abdias Nascimento formulou um projeto de lei que propunha uma ação compensatória, que estabeleceria mecanismos de compensação para o afro-brasileiro após séculos de discriminação.

Entre as ações figuravam: reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público, bolsas de estudos, incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial, incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática, bem como introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil. O projeto não foi aprovado pelo Congresso Nacional. (GOMES, 2006)

Em 1995, o Movimento Negro Nacional organizou a *Marcha Zumbi dos Palmares – contra o Racismo, pela cidadania e a vida*, um marco em homenagem aos 300 anos de morte do líder Zumbi dos Palmares. Cerca de 30 mil pessoas participaram do manifesto, no gramado em frente ao Congresso Nacional, na Planada dos Ministérios. Naquele dia 20 de novembro, um grupo foi recebido

pelo presidente da República na época. Fernando Henrique Cardoso recebeu um documento contendo as principais reivindicações do Movimento Negro.

Durante o governo FHC foi criado, em 1995, o Grupo de Trabalho Interdisciplinar para a Valorização da População Negra, que trouxe ao cenário político nacional o conceito das ações afirmativas. A partir daí o Brasil passou a desenvolver políticas públicas focalistas<sup>14</sup> que visavam o combate ao racismo e à discriminação.

A Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, África do Sul, em 2001, considerou a escravidão e o tráfico negreiro crimes contra a humanidade. O Brasil marcou sua participação, tornando-se um dos signatários do Plano de Ação comprometendo-se em desenvolver políticas públicas que visam à diminuição das desigualdades raciais no país, entre eles, políticas de cotas nas universidades públicas.

Apesar de o compromisso assumido, como decorrência de Durban, o Estado brasileiro falha com suas obrigações e em 2006 recebe uma condenação das Organizações dos Estados Americanos (OEA). Tal condenação se deveu ao arquivamento de um caso de racismo ocorrido em 1997, o processo conhecido como “caso Simone”, uma cidadã rejeitada em uma vaga de emprego por ser negra.

Evidenciamos o protagonismo do(s) Movimento(s) Negro(s) nas conquistas históricas recentes como a implementação de políticas focalistas e de ações afirmativas, como a Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08<sup>15</sup>, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010<sup>16</sup> e a implementação do sistema de cotas raciais nas Universidades Federais<sup>17</sup>.

Não podemos deixar de citar o protagonismo de algumas universidades estaduais, como é o caso da Universidade Estadual de Londrina, que

---

<sup>14</sup> São políticas públicas explícitas de inclusão social, que procuram atender as especificidades de cada grupo, buscando, assim, uma equidade no acesso à cidadania para os indivíduos.

<sup>15</sup> Leis que tornaram obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira e Indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.

<sup>16</sup> Lei 12.288 de 20 de julho de 2010, que se destina a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

<sup>17</sup> Lei 12.711 sancionada em 29 de agosto de 2012.

já em 2005 implementava o sistema de cotas no seu vestibular, como já analisamos em um trabalho anterior<sup>18</sup>.

Para Nilma Lino Gomes (2003, p.3), ao reivindicar as políticas de ações afirmativas “o Movimento Negro desencadeia mais do que uma luta pela igualdade racial. Ele coloca em pauta a luta pelo direito à diferença e pelo trato democrático dela”.

Vivemos em um Estado de Direito, com conceitos meritocráticos<sup>19</sup>, por meio dos quais, o valor central de liberdade é visto como um atributo individual. É sabido também que, a base do sistema capitalista é a concentração de renda e a crescente desigualdade social. Principalmente em períodos de avanços imperialistas e de impulso da globalização das relações econômicas (ARENDR, 1989).

Acreditamos que, estas características, marcadas sócio-historicamente, intersectadas com o preconceito e a discriminação racial, contribuem para a perpetuação da estratificação racial que foi relegada a população negra no Brasil.

Partindo deste ponto de vista, podemos afirmar que uma pessoa pobre e branca possui maior possibilidade maior de mobilidade social em nosso sistema de classes do que uma pessoa negra. Ou seja, uma mulher negra, em nosso atual sistema sócio-econômico, teria que primeiramente se equiparar, economicamente, ao homem negro, depois a mulher branca, para assim, finalmente, buscar uma equidade.

## 2.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS DISCUSSÕES DE GÊNERO

Discutimos aqui as bases teóricas que fundamentam e estruturam o movimento de mulheres. Os estudos de gênero começam com os movimentos feministas no fim do século XIX, diferente do feminismo do pós-guerra que procurava erradicar as desigualdades de gênero baseadas na diferenciação sexual inerente às teorias biologicamente deterministas que justificam a posição social da mulher por sua diferença inata ao homem (BRAH, 2006).

---

<sup>18</sup> Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Construindo o imaginário: análise da cobertura da Folha de Londrina sobre a implementação do sistema de cotas raciais na UEL” apresentado ao Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina em 2009.

<sup>19</sup> Organização que considera o mérito a razão para se atingir determinadas posições sociais.

Para as historiadoras feministas (SCOTT, 1990) os estudos de gênero diferem dos anteriores “esta metodologia implica não apenas em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história”.

Entendemos que o conceito de gênero é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação, por exemplo, no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior.

Segundo Joan Scott (1990) o gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

A busca da antropologia feminista é a desconstrução da ideologia patriarcal em que a mulher estaria destinada ao natural, à família (espaço privado) e os homens ao cultural (espaço público) (MOORE; 1997).

As discussões do feminismo transformam-se e passaram a questionar a categoria *mulheres* enquanto sujeito do feminismo. Judith Butler (2003) argumenta sobre a necessidade da desconstrução deste sujeito e da ampliação da sua representação.

Para ela (BUTLER, 2003, p.19), os sujeitos estão condicionados às estruturas de poder e são por elas formadas, definidas e reproduzidas. Portanto, “a formação jurídica da linguagem e da política que representa as mulheres como ‘o sujeito’ do feminismo é em si mesma uma formação discursiva e efeito de uma dada versão da política representacional”.

Butler (2003) afirma que o sujeito feminista se revela discursivamente constituído e diz que a crítica feminista deve “compreender como a categoria ‘das mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação”.

A autora identifica como um problema político do feminismo a utilização do termo *mulheres* enquanto uma identidade comum. A noção de gênero não se constitui de maneira coerente e consistente, ela “estabelece intersecções

com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas”.

Ela (BUTLER, 2003, p.20-29) complementa, “como fenômeno inconstante e contextual, o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes”.

Portanto, partimos da premissa que a categoria *mulher* é uma variável histórica. A natureza humana não é essencial, mas socialmente construída, influenciada por vários marcadores sociais da diferença.

### 2.2.1 A Ideia de Interseccionalidade nos Estudos de Gênero

Consideramos a necessidade de se pensar a forma como as categorias de raça, gênero e classe intersectam-se na (re)produção de desigualdades entre as mulheres. Como atuam, empiricamente, na manutenção da desigualdade econômica, social e cultural que faz com que mulheres negras continuem a ocupar o último lugar nos estratos sociais no Brasil.

Recentes estudos sociológicos estão voltados para esta compreensão e análise da intersecção entre as variáveis de raça, gênero, sexo, geração e classe. Esta perspectiva visa observar a articulação entre essas diferenças, enquanto marcas sociais, para a construção social das desigualdades.

Tais pesquisas tornam-se foco de estudos, principalmente, depois da Conferência de Durban, quando foram levantados alguns questionamentos acerca da relação entre raça, gênero e pobreza; as reparações e as necessárias discussões sobre o período de tráfico e “invasão”<sup>20</sup> dos países africanos; a globalização como fator intensificador da pobreza; o debate dos povos indígenas e a questão do tratamento do sionismo<sup>21</sup> como uma nova forma de racismo.

Em seu artigo *Interseccionalidade em uma era de Globalização*, Marylei Blackwell e Nadine Naber pautam o debate sobre as implicações da III

---

<sup>20</sup> Acreditamos ser mais adequado o uso do termo invasão, ao invés da palavra colonização, haja visto que, a autonomia e legitimidade dos Estados Africanos foram subjugados e desrespeitos neste período de expansão da ideia de imperialismo europeu, contribuindo para a perpetuação do sentido da possível *benevolência* nestas ocupações..

<sup>21</sup> O movimento que defende a manutenção da identidade judaica, opondo-se à assimilação dos judeus pelas sociedades dos países em que viviam. Resultou na criação do Estado de Israel.

Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em setembro de 2001, para as práticas feministas transnacionais.

As teóricas questionam a polêmica atuação dos Estados Unidos no policiamento dos limites daquilo que poderia ser discutido e debatido e, também, sobre o que poderia ser divulgado pelas mídias. Atentam os olhares sobre as disputas discursivas, de representação e de poder que permearam o evento, observam que, esses aspectos, têm sido centrais na dominação colonial e nas legitimações através da história.

A primeira linha de raciocínio parte do desafio em desarticular críticas conservadoras que questionam o enfraquecimento da agenda anti-racista com os debates provocados pelas questões de gênero. Blackwell e Nader (2002, p.192) observam que, se não fosse dada atenção ao gênero, certas formas de racismo passariam despercebidas, “lembrou que, embora sejamos a espinha dorsal de nossos conflitos, nós, mulheres permanecemos à margem nas políticas masculinistas de libertação nacional e nas lutas comunitárias contra o racismo”.

Outro tema delicado abordado no artigo são as possíveis reparações para as vítimas da escravização de africanos, do colonialismo no continente africano e o questionamento da base econômica do racismo. Elas defendem a necessidade de se continuar estabelecendo novos diálogos sobre o modo pelo qual o racismo, a exploração de classe, o gênero e a homofobia se cruzam e se complementam mutuamente.

Sobre este tema Avtar Brah (2006, p.341) afirma que

nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. (...) O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes “feminilidades” onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares. Diferença nesse sentido é uma diferença de condições sociais.

A autora (BRAH, 2006) aponta que a diferença nem sempre é tida como um marcador de hierarquia e opressão. É necessário saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política. No caso do racismo, ela o observa como

sendo uma diferença que postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente diferente.

Assim como Avtar Brah (2006, p.373-374), entendemos que toda formação discursiva é um lugar de poder e o poder é constituído, na sociedade contemporânea, performaticamente nas práticas econômicas, políticas e culturais e, através delas, “as subjetividades de dominantes e dominados são produzidas nos interstícios desses múltiplos lugares de poder que se intersectam. (...) Mas se a prática é produtiva de poder, então a prática é também um meio de enfrentar as práticas opressivas do poder.”

Brah (2006, p.376) diz que as relações sociais continuam problemáticas se o fortalecimento de uma forma de opressão levar ao fortalecimento de outra. O desafio não é o compartilhamento de opressões, e sim, “formular estratégias para enfrentar todas elas na base de um entendimento de como se interconectam e articulam”.

Indagações dessa ordem também permearam os trabalhos de intelectuais afro-americanas como Anna Julia Cooper<sup>22</sup>, Mary Church Terrell<sup>23</sup>, Ida B. Wells<sup>24</sup> e mais recentemente os de Hortense Spillers<sup>25</sup>, Patrícia Williams<sup>26</sup>, Beverly Guy-Sheftall<sup>27</sup>, bell hooks<sup>28</sup> e Angela Davis<sup>29</sup>.

Tida como um marco em várias pesquisas das reivindicações da mulher afro-americana, Sojourner Truth é lembrada por seu discurso *Ain't I a*

<sup>22</sup> Historiadora afro-americana. Publicou *A voz do Sul*, em 1892, obra vista como a primeira articulação do feminismo negro nos EUA. Informações em <http://www2.webster.edu/~woolfm/cooper.html>

<sup>23</sup> Uma das primeiras afro-americanas a receber um diploma universitário. Foi a primeira presidente da Associação Nacional das Mulheres Coloridas dos EUA. Informações em <http://www.biography.com/people/mary-church-terrell-9504299>

<sup>24</sup> Jornalista e socióloga. Documentou e denunciou os linchamentos nos EUA, como uma maneira de controlar ou punir os negros que competissem com os brancos. Informações em: <http://www.biography.com/people/ida-b-wells-9527635>

<sup>25</sup> Crítica literária e estudiosa da diáspora africana leciona na Universidade de Vanderbilt. <http://as.vanderbilt.edu/english/bio/hortense-spillers>

<sup>26</sup> Jurista americana e defensora da teoria racial crítica. [http://www.law.columbia.edu/fac/Patricia\\_Williams](http://www.law.columbia.edu/fac/Patricia_Williams)

<sup>27</sup> Feminista e intelectual negra, professora no Spelman College em Atlantida, Georgia. <http://www.makers.com/beverly-guy-sheftall>

<sup>28</sup> Feminista e intelectual negra, ativista social. Sua escrita tem incidido sobre a interconectividade de raça, capitalismo e sexo e que ela descreve como sua capacidade de produzir e perpetuar os sistemas de opressão e dominação de classe. [http://www.education.miami.edu/ep/temporaryed/bell\\_hooks/bell\\_hooks.html](http://www.education.miami.edu/ep/temporaryed/bell_hooks/bell_hooks.html)

<sup>29</sup> Filósofa socialista. Ex integrante do Pantera Negras, partido negro revolucionário estadunidense. [http://feministstudies.ucsc.edu/faculty/singleton.php?&singleton=true&cruz\\_id=aydavis](http://feministstudies.ucsc.edu/faculty/singleton.php?&singleton=true&cruz_id=aydavis)

*Women?* proferido na Conferência sobre os Direitos das Mulheres em 1851, na cidade de Akron, no estado de Ohio, EUA.

Ali aquele homem diz que as mulheres precisam de ajuda para subir às carruagens, para passar a sarjetas e para ter sempre, em qualquer lado os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir às carruagens, ou me dá o melhor lugar e não sou eu uma mulher?  
Olhem para mim, olhem para os meus braços.  
Eu lavrei, eu plantei, eu armazenei e nenhum homem me passava à frente. E não sou eu uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto como um homem, e comer tanto (sempre que arranjasse comida) como um homem. E igualmente suportar o chicote! E não sou eu uma mulher?

O tom crítico no discurso desta ex-escravizada nos mostra as contradições de um movimento dito para “mulheres”, quando aponta em sua história essa disparidade ontológica do ser “mulher”. Evidente que o gênero é uma forma de opressão, mas, dentro dessa estrutura, atuam outras modalidades específicas de opressão, modeladas por outros sistemas sociais que com o gênero se intersectam. Ou seja, o feminismo centrado apenas no gênero, ou nas diferenças sexuais não seria suficiente para explicar as contradições vividas pelas mulheres negras. (OLIVEIRA, 2010)

Partindo desta perspectiva que atentamos para a necessidade de pensar o tema no âmbito nacional, já que a dinâmica do racismo no Brasil se institui e se legitimou de maneira diferenciada historicamente. Nesta procura que desenvolvemos o item a seguir.

### 2.2.2 Raça e Gênero: uma Abordagem à Brasileira

A relação raça e gênero no Brasil vêm sendo estudada com afinco por pesquisadoras como Lélia González<sup>30</sup>, Beatriz Nascimento<sup>31</sup>, Sueli Carneiro<sup>32</sup>,

<sup>30</sup> Antropóloga, política, intelectual brasileira e militante do movimento negro. “Foi seguramente uma das principais vozes a se levantar no âmbito da discussão sobre a questão racial, denunciando, com rara perspicácia e objetividade, a situação da população negra no Brasil”. Perfil publicado no sítio do **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea**.

<sup>31</sup> Intelectual, pesquisadora e ativista, sua tese abarca a contemporaneidade das favelas à formação dos quilombos como espaços de resistência da população negra. <http://www.acordacultura.org.br/herois/herois/mariabeatriz>

<sup>32</sup> Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, ativista do movimento negro e diretora do Geledés- Instituto da Mulher Negra. <http://www.palmares.gov.br/2013/03/sueli-carneiro/>

Rosane Borges, Nilma Lino Gomes<sup>33</sup>, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva<sup>34</sup>, Maria Aparecida Silva Bento<sup>35</sup> e tantas outras, que trouxeram e trazem à luz do conhecimento a necessidade de se reconhecer as diferenças e as desigualdades presentes no “universo feminino” em nosso país.

A intelectual Lélia González, nas décadas de 1970 e 1980, já atentava para a necessidade de se pensar sobre a dinâmica entre o racismo e o sexismo e o que acarretava para a vida das mulheres negras no Brasil. Seu texto mais emblemático *Racismo e sexismo na cultura brasileira* coloca o “dedo na ferida”.

Na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação (...) o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (...) que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar. (GONZÁLEZ, 1980)

Gonzalez atribui, ironicamente, ao racismo a “maternidade” da situação da mulher negra no Brasil e ao sexismo a “paternidade” desta situação. Ou seja, enquanto o racismo atua na construção sócio-cultural da inferiorização do negro, o sexismo contribui na omissão da mulher negra enquanto sujeito político na história do país.

À Mulher Negra brasileira foi negada não apenas a sua identidade, como foi negada, também, a sua condição de ser humano. Lélia resgata este entendimento nas pesquisas que vinham sendo feitas, tanto do período colonial, quanto no pós-abolição. E o ‘mito da democracia racial’ reforçariam as naturalizações impostas nas determinações de lugares e espaços que as mulheres negras e homens negros deveriam ocupar na sociedade brasileira.

---

<sup>33</sup> Pós-Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Atual reitora Pró-Tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. <http://lattes.cnpq.br/7444449891704854>

<sup>34</sup> Professora Emérita da Universidade Federal de São Carlos foi relatora do Parecer CNE/CP 3/2004 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. [http://www.ufscar.br/~defmh/spqmh/bio\\_petro.html](http://www.ufscar.br/~defmh/spqmh/bio_petro.html)

<sup>35</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Diretora-executiva do CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. <http://www.ceert.org.br/equipe3.html>

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis (...) devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento. (...) Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: das senzalas às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos 'habitacionais'. (...) aqui também tem a presença policial; só que não é pra proteger, mas pra reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante a utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando de ordem e segurança sociais. (GONZÁLEZ, 1979)

Enquanto sujeito social, à Mulher Negra foi negada, também, a identidade enquanto sujeito político, atuante e contribuinte para a história oficial do país. Estereótipos, estigmas e lugares-comuns circundam a memória coletiva dos brasileiros, processo pelo qual se subvalorizou o *status* dessas mulheres, por meio do ideal de branqueamento da população.

Sueli Carneiro (2003, p.119) nos atenta à relevância da variável racial frente às questões de gênero.

Essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a 'variável' racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas).

Carneiro nos traz os questionamentos levantados por Lélia González como o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, a universalização dos valores de uma cultura particular (a cultura ocidental), o mito da democracia racial, do ideal de branqueamento e a negação de toda uma história feita de luta e resistências das mulheres negras.

Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. (CARNEIRO, 2003, p.119)

A cromatização dos negros no Brasil torna-se relevante às pesquisas em torno da mestiçagem brasileira e sua ligação com o mito da

“democracia racial”. Mariza Corrêa (1996, p.50) questiona o lugar da mulata nos sistemas de classificações raciais no Brasil em seu artigo *Sobre a invenção da mulata*.

Se Roberto Da Matta tem razão (e creio que tenha) na caracterização da sociedade brasileira e as oposições aqui não se fazem através do confronto direto em termos de raça, talvez o mesmo se possa dizer a respeito das oposições em termos de gênero – o que **não** quer dizer ausência de conflito, mas implica em que analisemos esses conflitos levando em conta o quão perigosas podem ser as transgressões de fronteiras definidas no nosso sistema de classificações de maneira fluida. E se, como a atenção dada à questão pelos nossos pensadores mais influentes leva a crer, raça (seja lá como for que ela tem sido definida ao longo desse debate) é um dos marcadores sociais mais importantes em nossa sociedade, ela, necessariamente, estará presente no campo semântico das definições de gênero. Acredito que a mulata construída em nosso imaginário social contribui, no âmbito das classificações raciais, para expor a contradição entre a afirmação de nossa democracia racial e a flagrante desigualdade social entre brancos e não brancos em nosso país: como "mulato" é uma categoria extremamente ambígua e fluída, ao destacar dela a mulata que é a tal, parece resolver-se esta contradição, como se se criasse um terceiro termo entre os termos polares Branco e Negro. Mas, no âmbito das classificações de gênero, ao encarnar de maneira tão explícita o desejo do Masculino Branco, a mulata também revela a rejeição que essa encarnação esconde: a rejeição à negra preta.

Vários estigmas e estereótipos são (re)produzidos em relação ao imaginário da “mulata”<sup>36</sup> no Brasil, como a questão de estarem mais ligados à natureza e impulsos biológicos, a erotização do corpo dessas mulheres e, quase sempre, midiaticamente ligadas a profissões menos prestigiadas intelectualmente (serviços braçais e prostituição).

Acompanhando o pensamento de Patrícia Collins, Luiza Barros (2001) usa como paradigma a imagem da empregada doméstica como elemento de análise da condição de marginalização da mulher negra e, a partir dela, busca encontrar especificidades capazes de rearticular os pontos colocados pela feminista norte-americana.

Barros (2001) conclui, então, que essa “marginalidade peculiar é o que estimula um ponto de vista especial da mulher negra, (permitindo) uma visão distinta das contradições nas ações e ideologia do grupo dominante. (...) A grande tarefa é potencializá-la afirmativamente através da reflexão e da ação política”.

---

<sup>36</sup> Lembrando que o termo mulata é pejorativo. Surge da cromatização gerada pela miscigenação entre negros, índios e brancos no Brasil. Mulata, no conceito original, refere-se à mula, que do cruzamento entre a égua (brancos) e o jumento (negros) gerariam proles estéreis, mulas (mulatos).

As conquistas obtidas nos últimos dez anos são reflexos dessas e outras lutas que foram mantidas por mulheres e homens marginalizados na sociedade brasileira. No entanto, é necessário lembrar que, ainda temos muitos caminhos a percorrer para que a equidade sócia, econômica e cultural atinja níveis satisfatórios.

Buscar a igualdade de direitos é reivindicar a humanização perdida e silenciada pelo processo de escravização por qual passaram negras e negros em nosso e em tantos outros países. Sueli Carneiro (2001) diz que “É necessário converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades para além de sua condição de raça e de gênero”.

Entendemos que é necessário ter a compreensão dos processos de branqueamento e de branquitude pelos quais, negras e negros estiveram e permanecem por séculos exposto, enquanto violência simbólica, enquanto valor estético desprivilegiado. Em tal consciência buscar potencializar o combate aos estereótipos ao qual a população negra ainda é exposta nas mídias tradicionais, para que se possa exigir dos meios de comunicação de massa novos parâmetros de representação para mulheres e homens. Que estes representem, realmente, a enorme diversidade e pluralidade que se faz presente em nossa sociedade.

### 2.3 COMUNICAÇÃO, RACISMO, ESTEREÓTIPOS E OPINIÃO PÚBLICA

Os meios de comunicação são os principais instrumentos, na sociedade contemporânea, para a manutenção e (re)produção dos processos de representação e de identidade. O formato e os parâmetros adotados para a veiculação das informações apresentam grande relevância à mensagem final. Ou seja, não importa apenas o que é dito, é importante, também, a maneira como a informação é passada e a diversificada forma de decodificação dessa mensagem.

Estudos da Escola de Frankfurt, da Teoria Crítica e os Estudos Culturais atentam para esta dinâmica da comunicação, para além do esquema de R. Jakobson (emissor – mensagem – receptor) e a importância dada aos elementos da comunicação (codificar/decodificar) com os avanços tecnológicos na sociedade contemporânea.

Neste caminho, em meados dos anos 1990, Dominique Wolton, após 20 anos de investigação nos estudos das relações entre a comunicação e a sociedade, publica, na França, *Pensar a comunicação*, livro que se tornou referência fundamental para pensar o lugar da comunicação em sua interface com os fenômenos sociais. Ele atesta a comunicação como principal paradigma para a nossa sociedade e confirma o triunfo de sua instrumentalização.

No prefácio à edição publicada no Brasil, o autor argumenta sobre a existência de duas filosofias distintas para se pensar a comunicação. A primeira destaca o desempenho técnico e os interesses econômicos. Outra, minoritária, à qual Wolton (2004) confirma se filiar, que “insiste na dimensão humanista da comunicação com ênfase em sua dimensão política, no sentido da importância de um pensamento e de uma ação global para salvar o aspecto de emancipação que há no fundo de toda idéia de informação e comunicação”.

O mais importante, na informação e na comunicação, não são as ferramentas nem os mercados, mas os homens, a sociedade e as culturas. Por isso, não há comunicação sem uma teoria da comunicação, isto é, sem uma representação das relações humanas, e, finalmente, sem uma teoria da sociedade e da democracia. (WOLTON, 2004, p.18)

Para Wolton não há comunicação sem democracia, ambas estão interligadas. Neste livro, ele trata da oposição de visões geradas nas duas filosofias teóricas da comunicação, num sistema cada vez mais mundial e industrializado.

Uma pensaria a solução dos conflitos por meio das evoluções técnicas da comunicação, ou seja, uma *visão normativa* e, em contraponto com a que ele defende: a *visão funcional*. “É imprescindível preservar a diversidade cultural em nível mundial. E, para isso, deve-se organizar essa exceção cultural, que, junto com os direitos humanos e a defesa do meio ambiente, é uma das três condições essenciais para a paz no início do século XXI”. (WOLTON, 2004, p.19)

Estudos nestes sentidos apontam a justificativa da decisão de diversos grupos e movimentos sociais urbanos na escolha de ter a comunicação como campo de suas frentes de embates ideológicos na busca de uma ruptura com os modelos hegemônicos vigentes

Vale lembrar, também, as contribuições de Walter Lippman (2010) aos estudos da Comunicação, mais especificamente, sobre o conceito de estereótipos. O autor argumenta sobre a importância dos códigos e símbolos

(pré)estabelecidos socialmente para a nossa compreensão de determinados dados, informações ou acontecimentos.

Ele (LIPPMAN, 2010, p.84) compara, por um princípio psicológico, uma cena ou um fato desconhecido por um adulto com a visão de mundo de um bebê, “uma grande, florida, ruidosa confusão”. Os sentidos que atribuímos às coisas, ou aos hábitos de aquisição de significados são marcados pela precisão, distinção, consistência ou estabilidade de um significado anterior.

Na maior parte dos casos nós não vemos em primeiro lugar, para então definir, nós definimos primeiro e então vemos. Na confusão brilhante, ruidosa do mundo exterior, pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura. (LIPPMAN, 2010, p.85)

Lippman (2010, p.86) continua seu pensamento apoiando-se na importância da arte e as diversas formas de aquisição de significado e significação do mundo. “As formas estereotipadas ao mundo não vem somente da arte, no sentido da pintura e da escultura, mas dos nossos códigos morais e filosofias sociais assim como de nossas agitações políticas”.

Nessa perspectiva, entendemos por estereótipos conceitos e definições, acerca dos sentidos e significados das coisas e dos fatos pré-concebidos e estabelecidos sócio-históricamente.

Sem dizer isso para nós mesmos, sentimos que toda classificação está em relação a algum propósito não necessariamente nosso; que entre dois seres humanos uma associação não tem final digno na qual um não leva em consideração o outro como um fim em si mesmo. Há uma mancha em qualquer contato entre duas pessoas que não afirma como um axioma a inviolabilidade de ambos. (...) Em vez disso observamos um traço que marca um tipo muito conhecido, e o resto da imagem preenchemos com os estereótipos que carregamos em nossas cabeças. (LIPPMAN, 2010, p.91)

Na busca de atribuir um caráter geracional e hereditário aos estereótipos, Lippman é categórico, aponta a diferença entre a superficialidade do conceito de mente ‘coletiva’ de um grupo e os estereótipos que são passados de consciente de pai para filho.

A menos que concordemos em separar o equipamento instintivo dos estereótipos, os padrões e a fórmula que tem um papel tão decisivo em construir o mundo mental ao qual o caráter nativo é adaptado e responde. Falhar em fazer esta distinção responde por “oceanos de conversa mole” sobre mentes coletivas, espíritos nacionais e psicologia racial. Para não deixar dúvida, um estereótipo pode ser transmitido de uma forma tão consistente e peremptoriamente em cada geração de pai para filho que parece ser quase um fato biológico. Em alguns aspectos, podemos nos tornar, como diz o Sr. Wallas, biologicamente parasitas de nossa herança social. Mas certamente não há a menor evidência científica que permita a uma pessoa argumentar que os homens nascem com hábitos políticos do país no qual eles nascem. (LIPPMAN, 2010, p.91)

A partir do reconhecimento da diáspora africana e dos estudos sobre negritude<sup>37</sup>, (teve como principais pensadores de Aimé Césaire<sup>38</sup> e Léopold Sédar Senghor<sup>39</sup>), que se constata que, em qualquer lugar do mundo, ser negro era depreciativo e seu status era subjugado, subalternizado. Creditamos esta concepção, estereotipada, ao caráter científico que legitimou a escravização de negros africanos por séculos no mundo.

Neste período que a não humanidade do negro lhe foi atribuída, para se justificar a escravidão e a perversidade do período. Transformado em objeto, sua venda, troca, caça foi normatizadas no Brasil escravocrata e essa percepção do negro ainda percorre o imaginário social do nosso país.

As mais sutis e difundidas de todas as influências são aquelas que criam e mantêm o repertório de estereótipos. Conta-nos sobre o mundo antes de nós o vemos. Imaginamos a maior parte das coisas antes de nós vermos. Imaginamos a maior parte das coisas antes de as experimentarmos. E estas preconcepções, a menos que a educação tenha nos tornado mais agudamente conscientes, governam profundamente todo o processo de percepção. (LIPPMAN, 2010, p.91)

Lippman (2010, p.97) também observa que o sistema de estereótipos pode ser acionado para a defesa e manutenção de privilégios de grupos sócio-economicamente constituídos como hegemônicos. Ou seja, os estereótipos são

---

<sup>37</sup> Movimento que exaltava a identidade negra, lamentando o impacto negativo que a cultura europeia teve junto das tradições africanas.

<sup>38</sup> Principal poeta, dramaturgo, ensaísta da expressão surrealista no mundo e político antilhano.

<sup>39</sup> Político, escritor e presidente do seu país, Senegal e o ideólogo do conceito de negritude.

a garantia de nosso autorrespeito, é a projeção sobre o mundo de nosso sentido, do nosso próprio valor, nossa própria posição e nossos próprios direitos. Os estereótipos estão, portanto, altamente carregados com os sentimentos que estão presos a eles. São as fortalezas de nossa tradição, e atrás de nossas defesas podemos continuar a sentir-nos seguros na posição que ocupamos. (Idem, p.97)

Denotamos daí a dificuldade em se combater o racismo da forma, como já conceituado por Moore e Arendt, como foi construído sócio, político, histórico e socialmente no Brasil.

A naturalização da subalternação da classe negra está nos meandros na nossa história, com certa colaboração de Aristóteles que em seu livro de política institui a diferença entre homens livres e escravos à sua natureza, como observa Lippman (2010, p.98)

ele então é por natureza feito um escravo, que é feito para torna-se um bem de outra pessoa, e por causa daquilo assim ele o é". Tudo isso quer dizer que seja o que for o que seja escravo é que por natureza ele o é. (...)  
É um esteriótipo, ou melhor, é parte de um estereótipo. O resto é quase imediatamente conseqüência. Depois de afirmar que os escravos percebem a razão, mas não estão autorizados a utilizá-la, Aristóteles insiste que "é intensão da natureza tornar corpos de escravos robusto para seus propósitos necessários, enquanto o outro deve ser ereto; inútil na verdade para trabalhos servis, mas ajustado para a vida civil... é claro então que alguns homens são livres por natureza, e outros são escravos...

No Brasil, diversas análises dão conta dos meios de comunicação como guardiões, produtores e reprodutores de pensamentos, idéias e atitudes preconceituosas e estereotipadas que reforçam, instituem e legitimam discursos racistas em nossa sociedade.

Sobre o assunto, Teun A. van Dijk (2008, p.15) organizou a obra *Racismo e Discurso na América Latina*, que tem como compromisso de pensar as estratégias que o racismo nas sociedades multiétnicas latino-americanas.

Esse processo de aprendizagem é amplamente discursivo, isso é, baseado na conversação e no contar de histórias diárias, nos livros, na literatura, no cinema, nos artigos de jornal, nos programas de TV, nos estudos científicos, entre outros. Muitas práticas de racismo cotidiano, tais como as formas de discriminação, podem até certo ponto ser aprendidas pela observação e imitação, mas até mesmo estas precisam ser explicadas, legitimadas ou sustentadas discursivamente de outro modo. Em outras palavras, a maioria dos membros dos grupos dominantes aprende a ser racista devido às formas de texto e de fala numa ampla variedade de eventos comunicativos.

O levantamento traz alguns pontos cruciais para se entender a luta acadêmica (considerada por ele tardia e escassa) travada para se pensar o racismo na América do Sul como a perspectiva vigente de uma política ideologia e acadêmica de uma “democracia racial”, principalmente no Brasil, no Chile e na Venezuela.

A naturalização das desigualdades nas interações diárias, que “a ideia de uma dominação racial foi geralmente vista – e, muitas vezes, ainda o é – como uma acusação absurda” (VAN DIJK, 2008, p.14). A benevolência das formas de racismo entre grupos raciais, geralmente comparados às formas mais explícitas, violenta e legalizada em países como os Estados Unidos.

A atribuição das desigualdades sociais à classe social, e não à raça, sem investigar as várias raízes da desigualdade de classe e pobreza. O foco voltado, principalmente aos aspectos culturais como parentesco e o folclore das comunidades indígenas, das pesquisas no campo das Ciências Sociais apresenta-se como quarto ponto de batalha contra as práticas racistas cotidianas dos grupos dominantes. “E, por último, mas não menos importante, a maior parte dos pesquisadores acadêmicos vem dos mesmos grupos sociais e classes cujas elites estiveram no poder” (VAN DIJK, 2008, p.14).

O autor (VAN DIJK, 2008, p.15) conclui seu pensamento apontando para a, ainda, relutância na aceitação acadêmica em reconhecer o racismo como empreendimento científico relevante.

A maior parte do que os grupos dominantes brancos “sabem” ou acreditam sobre a etnia dos Outros foi, portanto, formulada, mais ou menos, explicitamente, em inúmeras conversações, histórias, reportagens de jornais, livros didáticos e discurso político. É também sobre essa base que as pessoas formam suas próprias opiniões e atitudes, e, a menos que haja boas razões para desviar do consenso do grupo, a maior parte dos membros reproduzirá o status quo étnico e adquirará as ideologias dominantes que os legitime. (VAN DIJK, 2008, p.15)

Teun A. van Dijk distingue os diversos gêneros discursivos que gerem os princípios gerais do racismo e a sua reprodução baseada no discurso, com suas diferenças historicamente enraizadas nos diferentes países na América Latina.

O discurso político, em geral, sustentados por políticos profissionais, tem “o poder e a legitimidade de formular a ‘situação étnica’ de acordo com sua visão de processo político”, com caráter mais funcional, para garantir votos, hoje

apresentam características mais sultis. Mas que expressão pouco, ou quase nem um interesse em realmente dividir o poder com os Outros.

Para van Dijk (2008, p.21) “antes de tudo é preciso proceder a uma análise detalhada dos contextos do discurso político para entendermos por que e como os políticos se engajam no discurso racista”. Como ocorreu recentemente no parlamento italiano<sup>40</sup>, e o caso dos deputados<sup>41</sup> Jair Bolsonaro (Partido Progressista) e Marco Feliciano (Partido Social Cristão), no Brasil.

O discurso midiático pauta-se, também, por sua maioria étnica (branca) que raramente traça um perfil favorável às conquistas e avanços sociais e econômicos dos Outros. “Nesse sentido, por causa de seu papel na mídia das elites, tanto jornais como TV’s acabam contribuindo a seu modo para a representação discursiva do racismo na sociedade” (VAN DIJK, 2008, p.21).

Para van Dijk (2008), os discursos da educação e da pesquisa são mais influentes ideologicamente, principalmente por ter respaldado em verdades científicas incontestáveis, na reprodução do racismo. “Mais que qualquer outro discurso, o discurso pedagógico define a ideologia oficial e dominante, estabelecendo o conhecimento e a opinião oficial, sem dar lugar a debate ou controversa”.

Devido a essas maiores fontes simbólicas e discursivas das crenças dominantes, não é de se estranhar que a maior parte dos membros dos grupos dominantes (mais) brancos conheça pouco sobre as vidas diárias dos “Outros”, e o que eles sabem e acreditam tenda a ser estereotipado, negativo, quando não tendencioso. Essas crenças são a base de sua interação cotidiana com e sobre os “Outros”, o que transparece também em seus discursos, reproduzindo, assim, o sistema de dominação racista que continuará até o momento em que os grupos minoritários sejam capazes de adquirir poder ideológico, social e político suficiente para desafiar essa dominação. (VAN DIJK, 2008, p.22)

---

<sup>40</sup> A primeira ministra negra da Itália, Cecile Kyenge, originária da República Democrática do Congo (RDC), foi nomeada ministra da Integração pelo primeiro-ministro Enrico Letta, em julho de 2013, sendo uma das sete mulheres no novo governo. Cecile enfrentou ofensas racista por parte dos homens e mulheres do parlamento italiano. Mais informações podem ser obtidas com facilidade na internet, já que o caso teve grande repercussão na mídia internacional.

<sup>41</sup> Deputados federais brasileiros que atuam firmemente no legislativo contra os avanços sociais no Brasil, principalmente no que se referem as garantias sociais de cidadania de negros e a comunidade LGBTT. O primeiro com base no discurso conservador de extrema direita e o segundo com bases religiosas e eleito, em março de 2013, como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados.

Nesta perspectiva que a professora Rosane da Silva Borges<sup>42</sup> publica diversos trabalhos que analisam a atuação na reprodução do racismo no discurso, principalmente, no discurso midiático. A Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as), em parceria com a Fundação Ford e a Oxfam, publicou a coleção “Negras e Negros: Pesquisas e Debates”, no qual ela atuou na organização da obra *Mídia e Racismo*. O trabalho apresenta um painel dos estudos, pesquisas e empreendimentos nas fronteiras da mídia e das relações raciais no Brasil.

Pela centralidade na textura cotidiana da experiência, pelo triunfo da tecnologia no século XXI (costumamos dizer que é impossível escapar à presença, à representação da mídia), partimos do entendimento de que reavaliar as relações raciais nas fronteiras dos meios de comunicação é tarefa que se mostra indiscutivelmente indispensável. (BORGES, 2012, p.34)

Tema que desenvolve em seu artigo *Mídia, racismo e representação do Outro: ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra*, publicado neste livro que

sustenta que os estereótipos em torno do negro, e especificamente da mulher negra, não seguem uma trajetória linear (do negativo para o positivo), mas se movimentam em uma estrutura circular, onde os discursos fundadores (operadores depreciativos e negativos) a respeito de ambos orientam a produção de discursos da mídia. (BORGES, 2012, p.34)

Chegamos, então, a uma questão fundamental. Qual seriam o papel da mídia e a responsabilidade dos meios e veículos de comunicação na manutenção, (re)produção e legitimação dos estereótipos de grupos historicamente subjugados?

Entre os papéis da imprensa, destacam-se a função de cobrir e denunciar acontecimentos importantes para a sociedade. A propósito, o jornalismo

---

<sup>42</sup> Jornalista, doutora em Comunicação e Linguagem pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e professora do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. Publicou vários livros na área de comunicação e relações raciais, entre eles *Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro*. Integra a diretoria da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira - SP) e o Conselho Nacional de Promoção de Políticas da Igualdade Racial. Foi coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos – NEAA/UEL entre 2010 e 2013. Atualmente, assume a coordenação do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC), da Fundação Cultural Palmares.

nasce com este princípio. Filho legítimo da Revolução Francesa, o jornalismo consolidou-se como uma atividade a serviço da transparência e da coisa pública.

Jürgen Habermas (2003) em seu clássico *Mudança estrutural da esfera pública* aponta que na primeira fase do jornalismo, no início da era moderna, os jornais e jornalistas exerciam papel fundamental na formação da opinião pública e do espaço público. No entanto, muitas variáveis interferem no dito 'interesse social', como fatores econômicos e políticos, abafando o papel ancestral do jornalismo.

Alguns teóricos afirmam que a mídia tem o poder de selecionar e hierarquizar temas, definindo prioridades. Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw desenvolveram a hipótese da *agenda setting*. Eles defendem que a mídia não determina o que a população vai pensar sobre determinado acontecimento, porém, ela determina quais os assuntos serão relevantes para se pensar e falar. Ou seja, é “um agendamento que a mídia realiza junto ao receptor [...] Assim, a *agenda* da mídia de *fato* passa a se constituir também na *agenda individual* e mesmo na *agenda social*” (HOHLFELDT, 2001, p.189-191) (grifo do autor).

Por muito tempo a imprensa foi chamada de 'o quarto poder'. Hoje se sabe que este poder é limitado, mas, acreditamos que as mídias de massa continuam com o poder de determinar o que é notícia.

Entendemos que a notícia não espelha a realidade, porque esta é apenas um fragmento da interpretação de um agente social (o jornalista), produzida para um determinado veículo e público, ou seja, ela é um produto feito para o consumo, fase em que ele produz efeito. Estes fragmentos de realidade, repetidos por várias vezes, tomam forma e se constroem como verdade, ganhando ainda mais força quando esta esfera atinge a chamada 'opinião pública'.

Gabriel Tarde (1992) diz que a conversação e a sua principal fonte, a imprensa, são os grandes fatores de opinião e para este processo contribuem também a tradição e a razão. Ele define opinião como sendo um conjunto mais ou menos lógico de juízos “os quais, respondendo a problemas atualmente colocados, acham-se reproduzidos em numerosos exemplares em pessoas do mesmo país, da mesma época, da mesma sociedade”.

O autor atribui a semelhança de ideia entre os indivíduos de uma sociedade à palavra pública, que atualmente é veiculado pela imprensa. A opinião pública nada mais é do que uma opinião individual que gradativamente foi

generalizada. Ele afirma que há sempre duas opiniões em confronto, porém uma consegue uma maior manifestação do que a outra, conseqüentemente, sendo mais difundida e quanto mais violenta for a opinião mais ela se expande.

Tarde (1992) diz que, anterior a existência dos jornais e dos livros, havia milhões de opiniões separadas, mas com o advento da imprensa, criou-se um vínculo contínuo entre essas opiniões. “A imprensa, sem saber ajudou, portanto a criar o *poder do número* e a diminuir o do caráter, se não o da inteligência”.

Retomando Habermas (1980, p.14), a opinião se forma nos espaços públicos. Inicialmente a opinião tinha “funções críticas com relação ao poder e mais tarde foi refuncionalizada para canalizar o assentimento dos governados”.

A imprensa é tida por ele como “instituição por excelência da esfera pública”, é um empreendimento originado da ação privada, mas torna-se objeto de interesse público a partir da sua inserção na sociedade moderna, quando se consolida o Estado Burguês de Direito. Assim, a imprensa é alvo de diversos setores que compõe a esfera pública para que se projetem suas opiniões, buscando torná-las hegemônicas e consensuais na sociedade e, até mesmo, transvestindo-as de “opinião pública”.

Para ele, a imprensa é um aparelho que certamente representa um máximo de público e um mínimo de opinião. Para o autor, a esfera pública é vista como local de disputa entre os princípios divergentes de organização da sociabilidade. Neste espaço transitam vários atores, cada qual defendendo seus interesses. Ela se constitui como instância deliberativa e legitimadora do poder político.

A esfera pública consiste no espaço entre a sociedade civil e o poder público. Na sociedade capitalista moderna os assuntos de interesse público devem ser debatidos pela sociedade. Na visão habermasiana, para um consenso, o que é determinante é o argumento racional.

Feitas estas considerações, podemos dizer que, apesar do fazer jornalístico, como um pensamento positivista, ter por finalidade a objetividade e a imparcialidade, isso se torna impossível na Modernidade, já que tantos setores agem e influenciam esta atividade. Os discursos e os dizeres usados pelos meios de comunicação são reutilizados nos textos e nas falas da população, no cotidiano. Conseqüentemente, a mídia acaba por legitimar tais discursos e constrói memória.

### 3 UMA PROPOSTA DE SENTIDO: CONCEITOS E MÉTODOS NA AD

*“A ficção consiste não em fazer ver o invisível,  
mas em fazer ver até que ponto é invisível a  
invisibilidade do visível.”  
- Michel Foucault -*

Este capítulo reserva-se a explicitação dos recursos teóricos e metodológicos utilizados para a análise dos textos. A teoria que instrumenta nossa pesquisa baseia-se na Análise do Discurso de linha francesa (AD), com referencial teórico em Michel Pêcheux e Eni Orlandi.

#### 3.1 ANÁLISE DO DISCURSO: UMA QUESTÃO DE MÉTODO

Entre o arsenal de possibilidades de metodologias para analisar o nosso material, optamos pela AD por considerar que, por meio desta, poderíamos compreender não apenas o conteúdo ou o significado expresso pela revista *Eparrei*. Mas, ir além, como compreender o processo de construção e argumentação discursiva da revista, os olhares e sentidos empreendidos entorno da Mulher Negra. Quais seriam as pautas possivelmente silenciadas pela revista e por que. Enfim, buscar quais os golpes e contra-golpes ideológicos que, mobilizados pela revista, possibilitam um novo olhar histórico-social ao seu público-leitor.

A AD orienta-se pela interdisciplinariedade de três áreas do conhecimento: o Marxismo (na releitura que Althusser faz de Marx), a Psicanálise (na releitura que Lacan faz de Freud) e a Linguística (na releitura que Pêcheux faz de Suassure). Pretendemos com esta escolha metodológica pensar a articulação entre história-ideologia-língua, compreender a língua trabalhando o simbólico que faz, dá sentido e constitui o sujeito e sua história.

Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso. (PÊCHEUX, 2002, p.53)

A AD tem como precursor Michel Pêcheux, filósofo francês, que desenvolveu seus estudos nos anos de 1960 e, influenciado pelos estudos de Louis Althusser, teorizou, sobretudo, acerca da materialidade do discurso.

Nesta pesquisa, como propõe Pêcheux, trataremos dos entremeios da linguagem, fazendo trabalhar a desconstrução e construção em busca de uma compreensão incessante de seu objeto teórico – o discurso. Abordaremos a linguagem com a sua exterioridade, enquanto ligação constitutiva. Vale lembrar que, considerada pós-estruturalista, a perspectiva da AD é, desde o seu nascimento, não positivista, no seu sentido teórico-estrutural. Ou seja, a AD pretende compreender como a ideologia se materializa no discurso, assim como o discurso se materializa na língua.

Portanto, este estudo não visa ater-se a objetividade dos textos publicados nos editoriais da revista *Eparrei*, não pretendemos uma análise puramente descritiva, não pretendemos o real do sentido. Interessa-nos, aqui, trabalharmos as possíveis materialidade das subjetividades<sup>43</sup> e subentendidos do texto.

Compreender e entender como a exterioridade (ideologia e história) se faz presente nos enunciados e as maneiras que os atuais e diversos discursos produzem sentidos na e pela revista *Eparrei*. Como já observado por Dominique Maingueneau (2004), *um dos grandes eixos da Análise do Discurso é a reflexão sobre as formas de subjetividade que o discurso supõe*.

Nesta perspectiva teórica o objeto de pesquisa, o **discurso**, passa a ter certas especificidades. Ele é entendido, por Foucault (1982), como “um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva”.

Maingueneau e Charaudeau (2004) no *Dicionário de Análise de Discurso*, distinguem quando o discurso se opõe à frase, à língua, ao texto, e ao enunciado. Eles definem a ambiguidade que o discurso pode assumir quando considerado seu posicionamento, seu tipo, suas produções verbais de uma categoria de locutores e sua função.

---

<sup>43</sup> Subjetividade, segundo Benveniste, nada mais é que a capacidade do locutor de se posicionar como sujeito e é na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito. (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2004, p. 456)

**Discurso vs enunciado.** Muito próxima da precedente, essa distinção permite por *dois modos de apreensão* das unidades transfrásticas: como unidade linguística (“enunciado”) e como traço de um ato de comunicação sócio-historicamente determinado. Aliás, é essa oposição que, na França, serviu para atribuir um ponto de vista específico à análise do discurso: “Um olhar lançado sobre um texto do ponto de vista de sua estruturação “em língua” faz dele um enunciado; um estudo linguístico das condições de produção desse texto fará dele um discurso” (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU apud GUESPIN, 1997:10) (grifos do autor) (2004, p.169)

Eles (2004, p. 170-172) analisam a influência de diversas correntes pragmáticas nos estudos do discurso a partir de 1980 e enumeram as ideias-força que definem o que é discurso.

Ele (o discurso) supõe uma organização transfrástica, ou seja, “mobiliza estruturas de uma outra ordem, diferente das da frase”, é orientado “não somente porque é concebido em função do propósito do locutor mas, também porque ele se desenvolve no tempo. O discurso se constrói, com efeito, em função de um fim considera-se que vai chegar a alguma parte”. (*id., ibid.*)

É uma forma de ação “toda enunciação constitui um ato (prometer, sugerir, afirmar, interrogar...) visando modificar uma situação”, é interativo “conversação na qual dois locutores coordenam suas enunciações, enunciam em função da atitude do outro e percebem imediatamente o efeito de suas palavras têm sobre o outro”, é contextualizado “não existe discurso que não seja contextualizado: não se pode de fato, atribuir um sentido a um enunciado fora de seu contexto”, é assumido “o discurso não é discurso a não ser que esteja relacionado a uma instância que, ao mesmo tempo, se opõe como fonte dos pontos de referências pessoais, temporais, espaciais, e indica qual atitude adota em relação àquilo que diz e a seu interlocutor”, é regido por normas “como todo comportamento social, ele é submetido a normas sociais... Sua inscrição nos gêneros de discurso contribui de maneira essencial para esse trabalho de legitimação que é indissociável do exercício da fala” e é assumido em um interdiscurso “o discurso não adquire sentido a não ser no interior de um universo de outros discurso através do qual ele deve abrir um caminho”. (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2004, p. 170-172)

Foucault (2009) define a formação discursiva como sendo o espaço em que emerge as significações. O discurso, para ele, é “formado por elementos que não estão ligados por nenhum princípio” e “cabe à Análise do Discurso descrever

essa dispersão buscando o estabelecimento de regras capazes de reger a formação dos discursos”.

Essas regras determinam, portanto, uma “formação discursiva” se apresentam sempre como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. São elas que caracterizam a “formação discursiva” em sua singularidade e possibilitam a passagem da dispersão para a regularidade. Regularidade que é atingida pela análise dos enunciados que constituem a formação discursiva (BRANDÃO, 1998, p. 28).

Essa noção de formação discursiva foucaultiana foi acolhida na AD por Pêcheux. Ele estabelece que “toda ‘formação social’, caracterizável por uma certa relação entre as classes sociais, implica a existência de ‘posições políticas e ideológicas que não são feitas de indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação” (apud MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2004, p.241).

A Pêcheux deve-se o conceito de formação ideológica, que segundo ele, inclui uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam *o que pode e deve ser dito* em uma situação dada, em uma conjuntura dada. Esse conceito tem influência na semântica já que as palavras mudam de sentido quando passam de uma formação discursiva para outra.

Partindo dessas reflexões, afirmamos que as palavras não possuem sentidos nelas mesmas. Esses sentidos são construídos conforme a formação discursiva em que se inscrevem. Ou seja, palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes.

Por esta perspectiva teórica que se dará as análises dos editoriais da Revista *Eparrei*. Investigando as regularidades em que se inscrevem as formações discursivas da revista temos por finalidade compreender a formação ideológica veiculada pela instituição.

A contribuição teórico-metodológica de Eni Orlandi à AD complementa nossa investigação. Para ela (2012, p.18) o discurso político, no Brasil, se caracteriza por “um modo de dizer o que não pode ser dito”. Esta afirmação da autora decorre de sua visão sobre a influência da ditadura militar e a instalação da Análise do Discurso no Brasil.

Todas essas práticas são constituídas por discursividades: as do golpe e as da resistência que se desenvolvem ao mesmo tempo. São essas as condições, a conjuntura política em que irrompe a análise do discurso em sua sistematicidade. Tudo era favorável a sua instalação. A discursividade dominante suscitava a necessidade de desviar os discursos, de mostrar outros sentidos. De aprender a ler outras palavras naquelas palavras. O que não podia ser dito fazia enorme pressão em nossos dizeres. (ORLANDI, 2012, p. 19)

Acreditamos que o silêncio e sua interpretação são fundamentais para a compreensão da realidade brasileira. Não apenas no período da ditadura militar, mas, desde a sua constituição como nação. A história do nosso país é perpassada por silêncios e não-ditos de dominadores e dominados, o que nos leva a acreditar que, pelas discursividades vigentes e hegemônicas, não chegaremos ao real da nossa história.

Neste sentido que Orlandi (2012) diz que “o silêncio trabalha politicamente, significando o que não pode ser dito”. Ou seja, os sentidos de um discurso, do dito e do não-dito, são sempre determinados ideologicamente.

Outro ponto importante de discussão na AD é o sujeito. Nesta teoria o sujeito é determinado não apenas por sua subjetividade, mas é preciso procurar compreendê-lo por meio de sua historicidade. Apesar de o sujeito que fala acreditar que ele determina o que diz, ele é determinado pela exterioridade na relação com os sentidos. Essa concepção, de acordo com Orlandi (2012, p.50), é em nossa sociedade de sujeito de direito ou sujeito jurídico, “o imaginário de um sujeito mestre de suas palavras”.

O sujeito é subordinado às leis, no pensamento capitalista, uma submissão ao Estado e à ordem jurídica, mas preservando a ideia de autonomia, de sujeito livre. O sujeito de direito é efeito de uma estrutura social bem determinada, a sociedade capitalista. O assujeitamento se faz de modo a que o discurso apareça como instrumento do pensamento e um reflexo da realidade. Como observa Orlandi (1996, p.12) “a linguagem é estrutura e acontecimento tendo assim de existir na relação necessária com a história (e com o equívoco)”.

Outra variante do sujeito do discurso é a memória. Ela tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. A relação da memória com o discurso é de maneira constitutiva em dois planos complementares: o da textualidade e o da história. Na AD ela é tratada como interdiscurso, ou memória discursiva. Normalmente, consideramos que nossas falas e escritos são fruto de

nossa própria enunciação, sem nos darmos conta de que resultam de processos discursivos anteriores. Quando nascemos o processo discursivo já está em andamento. Somos nós quem nos inscrevemos no processo social da linguagem.

Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador. (ACHARD [et. al.], 2010, p.50)

O interdiscurso é “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. Ou seja, é o que torna possível todo dizer, “o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (ORLANDI, 2007, p.31).

Orlandi (2012) afirma que o interdiscurso são os dizeres já-ditos – e esquecidos – usados na formulação do texto que, em seu conjunto, representa o dizível. Assim, o efeito do interdiscurso é estruturado pelo esquecimento, ou melhor, é preciso que se apague da memória o que foi dito por um determinado sujeito específico, em um momento particular para que aquelas palavras possam fazer sentidos em “minhas” palavras.

Um texto dado trabalha através de sua circulação social, o que supõe que sua estruturação é uma questão social, e que ela se diferencia seguindo uma diferenciação das produções de sentido a partir das restrições de uma forma única (ACHARD [et. al.], 2010, p. 17).

Não podemos deixar de mencionar e pensar nesta pesquisa, também, sobre a questão do enunciador, ou sujeito da enunciação.

Ele designa o ser de fala (ou de enunciação) construído pelo ato de enunciação do sujeito comunicante. (...) Ele constitui, de algum modo, a identidade enunciativa que o sujeito comunicante dá a si mesmo. Essa identidade será diferente segundo o ou os papéis que ele é levado a assumir em função das coerções da situação e dos propósitos estratégicos do sujeito comunicante (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2004, p.200).

Neste contexto, para Maingueneau (2004) o enunciador é ao mesmo tempo a condição e o efeito da enunciação. O Círculo de Bakhtin empresta à Análise do Discurso o conceito de dialogismo, isso se refere às relações que todo enunciado tem com os enunciados produzidos anteriormente, assim como os enunciados que poderão ser produzidos pelos destinatários. Isto é, os enunciados, ou formações

discursivas dialogam/são atravessados por outras formações discursivas, outros enunciados, anteriores ou posteriores.

Todo discurso, conforme afirmamos, é duplamente dialógico, e esse duplo dialogismo se inscreve em dois tipos de relação: aquelas que todo enunciado mantém com os enunciados anteriormente produzidos sobre o mesmo objeto (relações interdiscursivas); e aquelas que todo enunciado mantém com os enunciados de compreensão-resposta de destinatários reais ou virtuais, que o antecipam (relações interlocutivas). Esse duplo dialogismo, “que escapa ampla e inevitavelmente ao enunciador e que não se manifesta no fio do discurso por meio de marcas linguísticas”, e que dá lugar a “um outro que não é nem o duplo de um face a face e nem mesmo o ‘diferente’”, mas “um outro que atravessa constitutivamente o um”. (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU apud AUTHIER-REVUZ, 2004, p.162).

### 3.2 SOBRE OS CONCEITOS DE SENTIDO E EFEITO DE SENTIDOS

Pêcheux pleiteia o caráter necessariamente histórico dos sentidos.

Queremos dizer que para nós a produção de sentidos é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar de matriz do sentido (matriz=geratriz). Isto equivale a dizer que é a partir das relações do interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este sentido. Se nos acompanham, compreenderão, então, que a evidência de leitura subjetiva segundo a qual um texto é biunivocamente associado a seu sentido (com ambiguidades sintáticas e semânticas) é uma ilusão constitutiva do efeito-sujeito em relação à linguagem e que contribui, neste domínio específico, para produzir o efeito do assujeitamento que mencionamos acima: na realidade, afirmamos que o “sentido” de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos) (POSENTI, 2007, p.44-45).

A linguagem é um processo contínuo, incompleto e a interpretação está presente em todas as manifestações da linguagem. O homem sempre interpreta, mesmo que não perceba e a linguagem mantém uma relação necessária com os sentidos. Não há sentidos sem interpretação, assim como não há sentidos sem silêncio.

Orlandi (1996, p.11) afirma que “o silêncio é fundante e esta incompletude é função do fato de que a linguagem é categorização dos sentidos dos silêncios, modo de procurar domesticá-los”.

A noção de *efeito de sentido* na AD é relativa à variedade de valores de que se podem resguardar dessas unidades do discurso, em função do contexto

em que elas se inscrevem. Charaudeau (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2004, p. 180) propõe a distinção entre *o efeito pretendido* e *o efeito produzido*.

O primeiro refere-se aos efeitos que “o sujeito comunicante pretende e busca produzir junto ao sujeito destinatário por ele suposto e construído de modo ideal”. E o segundo seriam “aqueles que o sujeito interpretante reconhece *efetivamente*, construindo-os e reconstruindo-os a seu modo”. (*id.*, *ibid.*)

Partimos do entendimento que o sentido *sempre* pode ser outro. A incompletude da linguagem, neste trabalho, não é pensada em relação há algo inteiro (ou não), mas sim, em relação há algo que não se fecha, que não se conclui. Portanto, esta proposta apresenta uma das leituras possível sobre os editoriais da revista *Eparrei*, não que este movimento os defina, os fechem. Alertamos para as possibilidades de outros discursos possíveis, já que o discurso se constitui, também, no não-dito, no equívoco.

A Análise de Discurso vê a interpretação com um gesto<sup>44</sup>, um ato no nível simbólico. A leitura é pensada como um vestígio possível, lugar próprio da ideologia e é materializada pela história.

Orlandi (1996, p.19) diz que a interpretação se dá sempre de um lugar da história, da sociedade e tem uma direção, o que chamamos de política. “Desse modo, sempre é possível apreender a textualização do político no gesto de interpretação”.

Partindo do princípio que há sempre interpretação e que não há sentidos sem interpretação, nós negamos o princípio da literalidade. A *metáfora* está na base da significação, ou seja, a palavra não tem um sentido que lhe é próprio, ela significa conforme sua relação com o significante, sua relação com o contexto.

Os sentidos é sempre uma palavra, uma proposição por outra e essa superposição, essa transferência (“meta-phora”) pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se revestem de um sentido, não poderia ser predeterminada por propriedades (intrínsecas, eu diria) da língua. Isso seria admitir, (...) que os elementos significantes já estão, enquanto tais, dotados de sentido. Ora, os sentidos só existem nas relações de metáfora dos quais certa formação discursiva vem a ser o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões, proposições recebem seus sentidos das formações discursivas nas quais se inscrevem. A formação discursiva se constitui na relação com o interdiscurso (a memória do dizer), representando no dizer as formações ideológicas. Ou seja, o lugar

---

<sup>44</sup> Na perspectiva discursiva, a palavra gesto serve para deslocar a noção de ato da perspectiva pragmática, sem desconsiderá-la.

do sentido, lugar da metáfora, é função da interpretação, espaço da ideologia (ORLANDI, 1996, p. 21).

Para obter os objetivos apresentados<sup>45</sup> em nosso trabalho apresentamos a metodologia de análise indicada por Pêcheux (2002) que sugere a formulação de dispositivos analíticos que auxiliarão na compreensão dos fenômenos discursivos, tais mecanismos buscarão desvendar os mecanismos de produção de sentidos em uma determinada discursividade. O teórico orienta um processo de ir e vir entre teoria, consulta ao *corpus* e análise.

Numa sociedade, como a brasileira, em que o discurso midiático defende o “mito da democracia racial” para a manutenção da ordem social, veículos de comunicação que sugerem trabalhar com discursos-outros (como a revista *Eparrei*) rompe esta discursividade e, pode vir a contribuir, com uma nova historiografia ao país.

### 3.3 CONDIÇÕES (MATERIAIS) DE PRODUÇÃO

Ponto crucial para pensar os processos discursivos é sua condição material de produção, ou seja, compreender as condições (sócio-histórica) da produção discursiva: seu contexto sócio-histórico<sup>46</sup> e o contexto imediato do *corpus*. É necessário perceber não apenas “a presença física de ‘organismos humanos individuais’, mas a representação de ‘lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia’” (BRANDÃO, 1998, p. 36).

Segundo Maingueneau (2004) a noção de condições de produção retira a ideia vaga de ‘circunstâncias’ nas quais o discurso é produzido e observa que é necessário estudar o contexto que condiciona o discurso. Na linha francesa de Análise do Discurso, o termo é alicerçado na expressão marxista *condições econômicas de produção* com a hipótese de que “um estado determinado das condições de produção (discursivas) correspondem invariantes semântico-retóricas, estáveis, no conjunto dos discursos suscetíveis de serem produzidos”.

---

<sup>45</sup> Pleitear a materialidade, o real do discurso dos editoriais da revista *Eparrei*

<sup>46</sup> Que em nosso trabalho é desenvolvido no segundo capítulo.

Algumas dessas condições de produção são de ordem situacional e outras de ordem do conteúdo discursivo. É certo que um sujeito falante é sempre parcialmente sobredeterminado pelos saberes, crenças e valores que circulam no grupo social ao qual pertence ou ao qual se refere, mas ele é igualmente sobredeterminado pelos dispositivos de comunicação nos quais se insere para falar e que lhe impõem certos lugares, certos papéis e comportamentos. (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU 2004, p. 114)

Neste sentido, Orlandi (1993, p.103) observa que as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (do dizer).

Os dizeres não são (...) apenas mensagens a serem decodificados. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender

A teórica classifica as condições de produção em dois sentidos: sendo um estrito, ou seja, o contexto imediato e o outro amplo, o contexto sócio-histórico, ideológico, discutido anteriormente.

### 3.3.1 Contexto Imediato: Casa de Cultura das Mulheres Negras

O trabalho da Casa de Cultura das Mulheres Negras em Santos, no estado de São Paulo, teve início com a formação do Coletivo das Mulheres Negras da Baixada Santista em 1985. E desde os anos de 1990 vem desenvolvendo trabalhos em várias frentes como, por exemplo, cursos para professores de escolas públicas e privadas, em prol de uma educação anti-racista, cursos de formação profissional para mulheres e jovens negras, desenvolvimento e manutenção das culturas afro-brasileiras e africanas e a valorização da história da população negra brasileira.

Fundadora da CCMN e editora-chefe da revista *Eparrei*, Alzira Rufino, é reconhecida como um dos principais nomes do feminismo negro no Brasil. (SANTOS, 2010) Ela é lalorixá<sup>47</sup>, filha de Iansã, uma das orixás do panteão mitológico africano, enfermeira por formação, poeta, ativista política, diretora e presidente da Casa de Cultura da Mulher Negra.

---

<sup>47</sup> Sacerdotisa e chefe de um terreiro de Candomblé.

Nasceu em 1949, no litoral paulista, na cidade de Santos. Filha de empregada doméstica e de um marceneiro, desde muito pequena trabalhava vendendo peixe e palhas de taboa com o irmão para auxiliar nas despesas da casa.

Na adolescência, foi faxineira e ajudante de cozinha na Irmandade Santa Casa de Santos, onde ganhou seu primeiro prêmio literário, em um concurso promovido pela instituição.

Poeta e ensaísta, Alzira publicou *“Mulher negra tem história”* e *“Mulher negra, uma perspectiva histórica”* em 1987, *“Eu, mulher negra, resisto”* em 1988, *“Muriquinho piquinho”*, destinado a crianças em 1989, *“O poder muda de mãos, não de cor”* em 1996, *“Qual o quê”* em 2004 e organizou o livro *“Violência contra mulher, uma questão de saúde pública”* em 1998.

Ela também coordenou a Rede Feminista Latino-Americana e do Caribe contra a Violência Doméstica, Sexual e Racial, na sub-região Brasil, e foi responsável pela criação de diversas leis e serviços em defesa dos direitos das mulheres. Alzira tornou-se uma referência no combate à violência doméstica e de raça contra as mulheres, não só no Brasil, como também no exterior. Em 2005, Alzira foi indicada ao Prêmio “Mil Mulheres para o Nobel da paz”.

### 3.3.2 Contexto Imediato: Revista *Eparrei*

A revista, enquanto veículo de comunicação, tem como principal característica a segmentação, ou seja, um público específico. Por isso aborda de forma mais aprofundada e investigativa os temas que propõe expor. Consequentemente privilegia um público com objetivos comuns.

A matéria produzida para veículos com essas características requisita-se ser mais atemporal, e menos factual. Abre espaço para as reportagens já que outra característica é o tempo para uma nova edição que pode variar entre semanal, quinzenal, mensal, bimestral, ou como no caso da nossa pesquisa, semestral. “A periodicidade é fator determinante do estilo de texto de uma revista” (VILLAS BOAS; 1996, pg. 101)

A revista semanal preenche os vazios informativos deixados pelas coberturas dos jornais, rádio e televisão. Além de visualmente mais sofisticada, outro fator a diferencia sobremaneira do jornal: o texto. Com mais tempo para extrapolações analíticas do fato, as revistas podem produzir textos mais criativos, utilizando recursos estilísticos geralmente incompatíveis com a velocidade do jornalismo diário. A repostagem interpretativa é o forte. (VILAS BOAS; 1996, pg. 9)

Este veículo tem um público-leitor mais crítico, exigente, qualificado e fiel do que em outras mídias, permitindo assim uma comunicação mais direcionada. Este meio também possibilita a adequação de uma linguagem visual, abrindo o leque de possibilidades de diagramação e formatos. Ou seja, com estas características podemos atribuir que o veículo revista possibilita uma adequação editorial, como acontece com a Revista *Eparrei*, que privilegia uma estética africana, tanto na composição das cores como das imagens.

Segundo Alzira Rufino, a revista tinha como público leitor professores(as), mestres e doutores, interessados pelo tema africano e afro-brasileiro e que em sua maioria eram brancos. E tinha (tem) como proposta, mostrar negros e negras bem-sucedidos.

Mostrar mulheres negras que venceram essa barreira do racismo, ou seja, dentro da universidade, empresárias, mostrar pra raça negra, pra mulher negra em especial, nós podemos. Essa é a proposta. A guerra não é fácil, a luta não é fácil, mas, nós podemos chegar lá.<sup>48</sup>

A revista *Eparrei* teve sua primeira edição publicada no segundo semestre de 2001. Tinha uma tiragem média de 2 mil exemplares e impressionava pela sua qualidade gráfica, textual e de diagramação. Era publicada semestralmente, nos meses de maio e novembro. Em média, as edições traziam cerca de 60 páginas, com assuntos recorrentes a população negra como ações afirmativas, religiões de matriz africana, culinária, cursos, eventos, seminários, poesia, história, arte e cultura.

As crianças também foram contempladas nas revistas com encartes sobre as lendas dos orixás africanos com a ilustração do cartunista Pestana. Em entrevista, Alzira afirma que o gérmen da revista nasceu nas discussões travadas em Durban.

---

<sup>48</sup> Entrevista cedida em maio de 2013, em anexo.

A palavra **Eparrei**, que dá nome à revista, é a saudação, em uma das várias línguas africanas, à mãe lãnsã: Epa hei! significando “*Senhora, tem misericórdia de nós*”. A revista *Eparrei* tem por objetivo, segundo a CCMN, abrir espaço para que os negros e negras tenham onde divulgar suas produções artísticas e estimular seus leitores através de entrevistas com negros bem-sucedidos, do ponto de vista econômico e social.

Observamos que, dentre esses objetivos da revista destaca-se a busca de recuperar a auto-estima da população negra, mais especificamente das mulheres negras, evidenciando o protagonismo destes sujeitos na história do país. “Para Alzira Rufino “*Comunicar é politizar*”, sendo assim espera-se que através do conteúdo veiculado pela revista a população negra tome consciência dos seus direitos e se mobilize em busca de uma participação digna e cidadã na sociedade”. (SANTOS, 2012)

Nas impressões iniciais a revista era no formato 25 X 30cm. E a partir da edição nº 12 ela ganha o formato de magazine (20 X 26,5 cm). Suas matérias eram escritas tanto por jornalistas (que buscam um texto mais objetivo e com uma linguagem mais coloquial), quanto de profissionais da área acadêmica (que apresentam textos mais complexos, estruturados com metodologias e teorizados). Matérias voltadas sempre para a produção de conhecimento sobre as relações raciais no Brasil, sobre África e as suas diversas dimensões culturais afro-brasileira e africana.

A revista era mantida com recursos da CCMN, por alguns órgãos de apoio<sup>49</sup>, por meio das vendas avulsas e das assinaturas. As revistas custam (ainda é possível encontrar algumas edições à venda no site<sup>50</sup>) em torno de quinze reais.

Em 2011 a revista passa a ser publicada em versão online.

Entristece-me ter que parar a publicação impressa (...). Pena que o movimento negro não fortalece, não entende a proposta de uma Revista produzida com esmero, carinho e responsabilidade. Somos guardiães de recontar nossa história (SANTOS, 2012).

---

<sup>49</sup> A não divulgação do nome de tais órgãos foi solicitada pela diretora-presidente da CCMN.

<sup>50</sup> [www.casadeculturadamulhernegra.org.br](http://www.casadeculturadamulhernegra.org.br)

### 3.4 A CONSTRUÇÃO DO *CORPUS*: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente, não tivemos acesso a todos os editoriais, algumas revistas estão esgotadas. Foram adquiridas<sup>51</sup> sete revistas (nº6, nº8, nº9, nº10, nº11, nº 12 e nº16) com a instituição. Entre essas, escolhemos cinco pela relevância dos temas abordados com relação aos objetivos e problemas da pesquisa, as propostas analisadas. Posteriormente, quando tivemos acesso ao restante dos editoriais<sup>52</sup>, pode-se observar que não houve prejuízo em nossa escolha, já que, cada editorial compunha uma riqueza única dos acontecimentos sócio-históricos abordados como tema em suas edições. Tendo em vista, também, que abordamos todos os editoriais em uma leitura ampla, isto é, como se a soma de todos constituíssem um único texto, como preconiza a Análise do Discurso.

Como a AD reivindica uma atenção necessária ao modo de produção dos textos, determinamos como imprescindível uma visita à CCMN, na cidade de Santos, incluindo a entrevista com suas principais mentoras, Alzira Rufino (editora) e Urivani dos Santos (diretora de arte e produtora). Essa etapa foi realizada no mês de maio de 2013. Momento em que tivemos acesso ao restante das revistas. O material produzido (fotos da CCMN, capas e sumários de algumas edições) está em formato digital, em anexo nesse trabalho.

Optamos pela seção do editorial por acreditarmos ser esse o espaço em que os embates ideológicos e políticos se dão de forma mais abrangente e contundente, espaço em que o discurso se apresenta nos seus entremeios, já que este setor é reservado, exatamente, para a manifestação ideológica<sup>53</sup> da revista. Portanto, para se pensar as estratégias discursivas da Revista *Eparrei* não haveria espaço mais adequado.

Sobre a formação do *corpus*, escolhemos cinco editoriais da revista impressa<sup>54</sup>. Na origem do projeto, pensamos em analisar, também, alguns editoriais publicados na internet. No entanto, chegamos à conclusão de que, já que o meio, também, interfere na produção de sentido, não seria coerente entrelaçar plataformas

---

<sup>51</sup> Algumas edições ainda estão disponíveis para compra. Contato pelo email [ccmnegra@casadeculturadamulhernegra.org.br](mailto:ccmnegra@casadeculturadamulhernegra.org.br)

<sup>52</sup> Faltam os editoriais nºs 13 e 14

<sup>53</sup> Não que isso se faça de maneira direta e objetiva, mas sim nos seus jogos imaginários, no não-dito, no silêncio e silenciamento.

<sup>54</sup> Edições nº5, nº6, nº10, nº12 e nº16.

tão diversas e divergentes em contexto, espaço e tempo, como a revista impressa e a revista com publicação no espaço on-line.

As leituras dos editoriais apresentam-se, primeiramente, com uma panorâmica geral do número analisado, contendo, basicamente, mês e ano de publicação, número da edição, formato da impressão, principais matérias e artigos publicados com os respectivos autores, mais algumas descrições que se façam necessárias. Seguimos apontando os possíveis deslocamentos de sentidos, apontando perspectivas sócio-históricas, pré-construídos e demais considerações propostas pela AD.

A partir das recorrências, podemos sugerir as formações discursivas utilizadas pela revista para propor um novo discurso, uma nova identidade à mulher negra, com o propósito final de identificar uma formação ideológica.

## 4 ANÁLISES DOS EDITORIAIS

O primeiro editorial analisado corresponde à edição nº5, publicada em novembro de 2003. Foi impressa no formato 25 X 30cm, colorida, com 64 páginas e tiragem de 1.000 exemplares.

O texto segue abaixo:

Dois anos da revista Eparrei!

Atravessando África-Brasil, oceanos de comunicação  
levando a cada braçada consciência além-mar,  
uma historiografia em poucas páginas.  
Desmontando grampos,  
conversando e convidando para o dendê da palavra.

Reminiscências africanas do fazer do mar-mar, do céu-céu  
e canoas que atravessam as chuvas, ventos e calmarias  
e querem chegar a um porto onde amarremos as nossas cordas.

Fluir nesse espaço cético  
para dentro de uma comunicação negra.  
Fazer dos navios negreiros ondas de eletricidade  
choque.

Dois anos de Eparrei!  
Estamos num tira-teima  
de quê, pra quê, com quem?  
Sabemos.

Atrevimento, aprendizado do acordar.

Dar “gracias a la vida”  
por conseguir assoprar a cada dia a informação  
como se fôssemos crianças numa festa de aniversário de 2 anos.  
Vai um brigadeiro aí?...

Trazemos para a festa, Ruth de Souza, N’Zinga/Coletivo de  
Mulheres Negras, Emanuel Araújo, Mazza, Petronilha, Abdias Nascimento,  
Vanda Menezes, Fátima Oliveira, pessoal da Rádio Fevela FM, Zora e Dora  
de BH, Mulheres do ACMUN e religiosas/os de matriz africana em luta  
contra a intolerância religiosa.

Ações afirmativas já!

Alzira Rufino  
Editora  
[alzirarufino@uol.br](mailto:alzirarufino@uol.br)

O início da nossa interpretação desse editorial se dá por meio da observação feita por Mikhail Bakhtin sobre polifonia<sup>55</sup> e dialogismo<sup>56</sup>. É possível verificar que há dois momentos distintos que marcam a discursividade do editorial. O primeiro se estrutura quando a autora (Alzira Rufino) marca a revista *Eparrei* enquanto sujeito enunciativo em “*uma historiografia em poucas páginas*”.

Essas marcas discursivas podem ser observadas, também, pela (re)flexão e vestígios deixados pelos enunciados verbais. Este é o efeito-autoria que organiza o espaço social das produções de sentidos neste primeiro momento. Todavia é um sujeito que se propõe a produzir historiografia, na busca de um devir, compreendido como um discurso possível, no âmbito de um outro discurso, já construído pela história.

Para tanto, é necessário “desmontar” o que prende, os grampos que seguram páginas de uma história já escrita e reescrevê-la por meio de novas páginas e do curso perfeito das palavras, este sim, garantido pelo “dendê”, ou seja, o jeito “fluido” das conversas (discurso coloquial) presentes na revista.

É assim que Alzira trata da “pequena história” – em poucas páginas – da revista (dois anos de existência e voltada muitas vezes ao cotidiano e à história circunstancial), relacionada não exatamente à história com H maiúsculo, mas a uma discursividade própria, a historiografia acerca da memória e cultura negras.

O enunciado marca o espaço<sup>57</sup> (*África-Brasil*) e o tempo<sup>58</sup> (*navios negreiros*) que diferenciarão quais serão as memórias discursivas (interdiscursos) acionadas, evocadas nos e pelos sentidos.

Observamos que a autora utiliza o efeito metafórico<sup>59</sup> nas palavras: oceanos<sup>60</sup>, comunicação<sup>61</sup>, além-mar<sup>62</sup>, dendê<sup>63</sup> e ondas de eletricidade<sup>64</sup>. Ao se

<sup>55</sup> Pensar sobre o fato de que os textos veiculam, na maior parte dos casos, muitos pontos de vista diferentes: o autor pode fazer falar várias vozes ao longo de seu texto. Característica incontornável do ato de enunciação, decorrente da “subjetividade e da “intersubjetividade” do discurso. Também conceituado por Oswald Ducrot

<sup>56</sup> Relação que todo enunciado mantém com os enunciados produzidos anteriormente, bem como com os enunciados futuros que poderão os destinatários produzirem.

<sup>57</sup> É sempre social.

<sup>58</sup> É sempre histórico.

<sup>59</sup> O efeito metafórico nos diz M. Pêcheux (1969), é o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, lembrando que este deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo tanto do sentido designado por x e y. (ORLANDI, 2007, p. 78)

<sup>60</sup> Grande extensão de água salgada que cobre a maior parte da Terra; mar, cada parte dessa extensão que cobre uma superfície determinada.

<sup>61</sup> Transmissão de uma mensagem; a informação contida nessa mensagem; via de acesso; exposição, oral ou escrita, sobre determinado tema

referir a navios negreiros, entendemos que a enunciação nos remete ao período histórico da escravização de negros e negras nos países africanos, palavras como oceanos, braçada, além-mar, canoas, porto também evocam interpretações neste sentido.

Como já vimos, o primeiro enunciado reclama, para *Eparrei*, a importância de se (re)significar enquanto uma nova historiografia de seu tempo. (*uma historiografia em poucas páginas*) se desfazendo/desvencilhando da “memória oficial” brasileira, que relegou aos negros o ostracismo, ao não reconhecimento de suas lutas e resistências.

O uso da palavra dendê pode trazer vários entendimentos. Lembrando que **Eparrei**, palavra que dá nome a revista, é uma das saudações ao orixá Iansã, uma das leituras possíveis é a referência a religião de matriz africana que, dentre outras formações discursivas, também compõe a matriz de sentidos da revista. O dendê é utilizado nas oferendas a Oxalá, “O Grande Orixá”, o mais elevado dos deuses ioruba, segundo Pierre Verger<sup>65</sup>.

Na culinária, o azeite de dendê é figura marcante na cozinha afro-brasileira, é conhecido por não rancificar, ou seja, reação química que confere gosto ruim ao alimento e um cheiro desagradável.

A questão da memória se dá a ver no enunciado que trata das reminiscências entendidas não apenas como lembranças individuais sobre imagens do continente de origem e das “comunicações” entre África-Brasil. Portanto, além mar, como aparece no primeiro enunciado, tampouco como simples imagens, mas como “fazeres”.

A autora produz no leitor um sentido que as reminiscências podem “fazer trabalhar” os elementos da natureza, mesmo porque o tráfico negreiro dependeu de uma relação do homem com as forças da natureza, relação também muito presente na religião de matriz africana.

O trabalho do homem sobre a natureza não sugere submissão, uma vez que “*mar é mar e céu é céu*” e os navios negreiros (canoas) atravessam

---

<sup>62</sup> Território situado do outro lado do mar, do outro lado do mar

<sup>63</sup> Fruto do dendezeiro; azeite obtido da polpa desse fruto, usado na culinária afro-brasileira e na fabricação de sabão, graxas e lubrificantes e na indústria siderúrgica

<sup>64</sup> Onda originada pela variação de um campo magnético e que se propaga no vácuo com a velocidade da luz

<sup>65</sup> Apenas apontamos esta possibilidade, mas neste momento, não tínhamos tempo para se estender aos sentidos religiosos possíveis pra interpretação.

elementos da natureza e não os vencem, buscam “porto” para “amarrar suas cordas”. Aqui o duplo sentido: da escravidão e de trajetórias de vida e de herança cultural, vindas da África e aportadas no Brasil.

No segundo enunciado, o enunciador (a revista) reclama sentido no modo de fazer africano guardado na memória de seus descendentes (como sugere no primeiro enunciado, foram “trazidos” da África para o Brasil) como forma de se buscar um porto (seguro) *onde amarraremos as nossas cordas*.

Pensando sobre a frase *Fluir neste espaço cético*, podemos pensar que espaço é este que descrê, a que duvida o enunciador (a revista) se refere? Entendemos ser o espaço da comunicação, de troca de ideias e sentidos, compartilhamento de significados e significantes. Neste ponto observa-se que, legitimado por sua posição no discurso, o enunciador se propõe como alternativa de uma nova leitura da história/historiografia do país. Propõe-se como variação de um campo, que se propagará velozmente.

Nesse movimento de sentidos, o analista observa que as palavras **braçada**, **canoas** e **navios** geram uma inter-relação, na qual propõe os avanços possíveis e pensados para a superação das diversidades geradas pelo tráfico negreiro, primeiro de maneira branda (sentido manual); depois com a ajuda de um objeto, mas ainda manual; e por último, de uma maneira mais eficiente, por meio de um aparelho mecânico. A revista, enquanto enunciador das formações discursivas toma pra si a responsabilidade de (re)contar, de resgatar essas memórias subterrâneas.

O terceiro enunciado sugere uma ruptura, com a primeira discursividade e a introdução de outra cuja principal marca lexical é a utilização de enunciados verbais flexionados em 3ª pessoa que produz um sentido de pertencimento, tanto para o autor quanto para o leitor. A autora se faz presente no texto e atenta para a inclusão do leitor na sua perspectiva histórico-social no **Nós**.

É preciso lembrar, neste momento, a formação histórica e social de Alzira Rufino<sup>66</sup>, para que sua fala se legitime e agregue valor ao seu (nosso) enunciado. Recordemos que a atriz social é mulher, negra, militante política (de destaque nacional e internacionalmente), mãe de santo e poetisa. Todas essas

---

<sup>66</sup> O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer. Porque assume sua posição de autor (se representa neste lugar), ele produz assim um evento interpretativo. (ORLANDI, 1996, p.70)

características colaboram para as construções/formulações de sentidos e efeitos de sentidos possíveis do enunciado. Isto é, o seu lugar de seu dizer possível.

Atribuímos à sua função de poetisa ser estruturante e marcante na forma de utilização dos processos metafóricos. Por quase toda a extensão do texto é possível identificar as idas e vindas desses traços, desses efeitos de sentido-outro, para construção (real) de seus significados.

Nesta formação discursiva o silêncio e o silenciamento se fazem presente. A que *tira-teima* a autora se refere? Que prova de fogo é esta em que este **Nós** está inserido? De quê, pra quê, com quem?

Para a compreensão desta formação discursiva é necessário recorrer às condições de produção histórica em que o discurso foi desenvolvido. A Lei 10.639 foi aprovada em 9 de janeiro de 2003, a revista foi lançada no segundo semestre deste ano. É possível que a resposta **Sabemos** para as perguntas elaboradas se referem a este contexto. A Lei, sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula, alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura afro-brasileira e africana.

Este é o principal embate ideológico que coordena e ordena os discursos. O não-dito que grita e exige sentidos. Que deixa implícito o momento de “guerra” com a história “oficial” do país e que **Nós** sabemos. Este não-dizer que se faz necessário na discursividade. Esse silenciamento produzido pela censura leva a um processo de produção de sentidos silenciados.

*Atrevimento* nosso, do movimento de mulheres negras em se posicionar e possibilitar outras leituras e olhares sobre a história do país, por meio da comunicação, pela revista *Eparrei*. Sentido que busca legitimação na frase seguinte, em que a autora utiliza um já-dito emblemático da luta das mulheres latino-americanas.

A música ‘*Gracias a la vida*’ de Violeta Parra (uma das artistas que lançou bases do movimento artístico conhecido como a Nova Canção Chilena) é símbolo da música folclórica chilena e embalou o ânimo de gerações de revolucionários latino-americanos em momentos em que a vida era questionada nos seus limites mais básicos<sup>67</sup>.

---

<sup>67</sup> Informação retirada da internet no site <http://www.violetaparra.cl/>

A música narra às contradições que marcam nossas vidas, a gratidão por todos os sentidos, mesmo que esses sentidos sejam geradores das nossas tragédias. Seus versos começam com a expressão “Obrigado à vida que tanto me deu”. Violeta Parra se suicida logo após a gravação do álbum. A canção foi regravada<sup>68</sup> na década de 1970 por vários artistas com o intuito de denunciar ditaduras militares na América latina.

O que nos traz o sentido que, apesar de toda a *nossa* história, estamos “aqui”, história que gerou e gera todas as reivindicações e lutas do movimento de mulheres negras. E que naquele momento, comemora-se o aniversário de dois anos de lançamento da revista *Eparrei*. Ou seja, um momento de festa, festa de uma criança, a revista *Eparrei*.

Sobre o sentido da palavra *brigadeiro*, pensamos que, embora em homenagem ao Brigadeiro Eduardo Gomes<sup>69</sup>, é (re)significado pela revista pelo fato de agradar às crianças e de ser brasileiro. Existe também a interpretação de que na sua origem era chamado de *negrinho*, especialmente no Rio Grande do Sul.

Como é esperada das seções de editoriais, a autora enumera e cita as personalidades que compõem a edição e não só compõem como representam muito para a cultura afro-brasileira. O editorial não separa a condição feminina da alteridade que representam os homens, numa clara perspectiva de gênero.

O silêncio fundador que gera sentidos do e no editorial é a trajetória de negras e negros no Brasil, desde que foram sequestrados na África e traficados para cá e sua história silenciada, censurada, produz desigualdades e violências até hoje. Silêncio este dos navios negreiros que, agora como “ondas de eletricidade, choque”, buscam uma nova historiografia que produz uma energia capaz de produzir “curtos circuitos” no curso da história, os contra-golpes ideológicos, ou um contra-discurso que se opõe às formações ideológica e discursiva dominantes.

Explicita por meio de duas ações hoje pautadas como fundamentais para os afro-descendentes no Brasil, em especial para as mulheres negras. Público a quem se dirige *Eparrei* de modo predominante: o enfrentamento da intolerância religiosa e a mobilização em torno das ações afirmativas. O final do texto firma o

---

<sup>68</sup> Tem sido interpretada por vários artistas de todo o mundo destacasse Elis Regina e Margareth Menezes no Brasil, Mercedes Sossa na Argentina, Joan Baez e Richard Clayderman nos EUA.

<sup>69</sup> É patrono da Força Aérea Brasileira e foi ministro da aeronáutica por duas vezes na gestão de Café Filho, inspirou o nome do doce brigadeiro, por gostar muito deste quitute.

posicionamento ideológico da revista com a formação discursiva *ações afirmativas já!* Uma reclamação de sentido no já, agora e não no depois.

O segundo editorial analisado corresponde à edição **nº6**, publicado em maio de 2004. Foi impressa no formato 25 X 30cm, colorida, com 64 páginas e tiragem de 1.500 exemplares. As matérias principais foram: Negritude do Maranhão escrita por Urivani de Carvalho, Ações Afirmativas (trechos do parecer nºCNE/003/2004), Mulheres do Rio, Chica Xavier e Casa das Minas por Maria Rosa Pereira e Orixá Alabi. No auto do editorial há uma foto da Alzira Rufino e, como moldura, a foto de um deserto de areia vermelha, com galhos secos no chão e céu azul. A capa apresenta uma foto de bonecas, aparentemente, de pano, pretas, com roupas coloridas, costuradas em círculo em um fundo que tem a textura de saco de estopa.

O texto segue abaixo:

Dois minutinhos. É o tempo que se tem para fazer o editorial. A revista está saindo.

Depois de tantas idas e vindas, conseguimos ordenar no papel o que grita nesse momento: leis e ações afirmativas, cotas, capacitar para o poder.

A Lei 10.639, que leva para a escola a história e cultura da África e dos Afro-brasileiros, requer um grande investimento em capacitação e em materiais educativos assinados por experts negros/as.

Capacitar para que não tenhamos o susto de ver idéias e leis, mais uma vez, no ralo e na lata do lixo. Capacitar, capacitar, capacitar.

Trazemos neste número da Revista Eparrei um Rio de Janeiro de mulheres como Wania, Neusinha, as Criolas, Joselina, Jurema, com vontade de lutar por um povo que não tem medo de careta; uma parcela de negritude do povo maranhense; a consciência do poeta Oliveira Silveira e da atriz/ialorixá/ fotógrafa/ documentarista Chica Xavier; artigos, cultura e poesia negra em movimento.

Sabemos que o produto principal de uma matemática de exclusão é a subtração de alguns quesitos: educação, alimentação, cultura, acesso à capacitação profissional. Este número que apelidamos de Ciranda Formatada é um projeto especial. Resulta de um processo de jovens negras que discutiram e dividiram criatividade no Laboratório de Redação e Comunicação Visual da Revista Eparrei, às quais se somaram as jornalistas Eliane Almeida, Kelly Albuquerque, Fernanda Felisberto no RJ e Isabel Clavelin em Porto Alegre. Processo incandescente com a urgência de mostrar nos pontos de comunicação planetária nossa ansiedade de falar do “só quem sente, sabe”.

O resgate da nossa auto-estima compartilhamos com os leitores e leitoras da Revista Eparrei, que, a cada número que circula, amplia a nossa galeria de amigos/as de todas as cores.

Enquanto editora dessas idéias, cumprimento a garra das jovens comunicadoras negras que ajudaram a fazer esta edição. É isso aí. Isso é só o começo.

Valeu!

Alzira Rufino  
Editora  
[alzirarufino@uol.com.br](mailto:alzirarufino@uol.com.br)

A lógica argumentativa do texto se estrutura em cinco momentos enunciativos. O primeiro momento constata os objetivos desta edição (nº6) da revista, ou seja, vem da exterioridade do discurso. Uma condição sócio-histórica: o que **grita** nesse momento.

Refletindo que a decisão da pauta e o processo de produção do material antecedem a publicação, temos, por tanto, o cenário do 2º semestre de 2003, que foi decisivo nas conquistas realizadas pelo Movimento(s) Negro(s). Esse foi o ano de publicação da Lei 10.639 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O sentido de *gritar* aponta a urgência para tais questões.

A Lei, aprovada no dia 9 de janeiro, estabelece a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos Africanos. Cujos conteúdos abordam a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, reafirmando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política. Temas que visam produzir uma nova narrativa referente à História do Brasil, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. Ademais, dispõe que no calendário escolar seja incluído o 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.

O texto do editorial produz sentido de que, após implementada a lei, cabe ao(s) movimento(s) negro(s) a batalha para exigência, efetivação e o cumprimento da Lei. A autora propõe o caminho: *capacitar, capacitar, capacitar*.

Imprime relevância tanto à necessidade da produção de textos para essa nova discursividade quanto aos autores/sujeitos desse discurso contra-hegemônico, convidando-os a serem os protagonistas dessa história e produtores dos *materiais educativos assinados por experts negros/as*.

O editorial revela o receio, naquele momento, da CCMN, de que a lei se tornasse apenas mais um aparato legal, sem efetivação prática. O fim do enunciado marca que esta não seria a primeira vez: *Capacitar para que não tenhamos o susto de ver ideias e leis, mais uma vez, no ralo e na lata do lixo*. Entendemos que a autora poderia estar se referindo a Lei Afonso Arino<sup>70</sup> e a Lei

---

<sup>70</sup> Lei 1.390/51 - foi o primeiro código brasileiro a incluir entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

Caó<sup>71</sup>, que na prática, nunca produziram a sanção máxima que preveem, ou seja, a prisão do infrator.

No terceiro enunciado a autora relaciona a exclusão social a uma operação matemática, o que nos remete a pensar em números, um abaixo do outro, um processo de subtração, verticalizado.

Em contrapartida, o editorial propõe como projeto da edição em análise, chamado de ***Ciranda Formatada***, pessoas de mãos dadas, uma do lado do outra, como resposta e solução para a *matemática da exclusão*.

A capa desta edição é a foto de várias bonecas negras que, em visita ao CCMN, descobri que é de fabricação de uma das oficinas oferecidas às mulheres santistas. A imagem apresenta várias bonecas, costuradas pelas mãos, em formato de roda, em cima de um tipo de trançado que lembra um saco de estopa.

O sentido metafórico de incandescente revela a paixão da autora no desenvolvimento do projeto, que deixa claro a necessidade de falar, por meio da escritura do *só quem sente, sabe*. Isto é, uma formação discursiva que não é simplesmente meta linguagem, mas prática discursiva de autores-sujeitos.

O terceiro editorial escolhido foi publicado em maio de 2006 e corresponde à edição **nº10**. Foi impressa no formato 25 X 30cm, colorida, com 64 páginas e tiragem de 2.000 exemplares. As matérias principais foram Jongo da Serrinha por Neide Diniz, Mãe Stela, Margareth Menezes e Goya Lopes por Jamile Menezes Santos, Joelzito Araújo e Folclore na Sala de aula por Urivani Carvalho. Teve um encarte Lenda dos orixás para crianças, com arte de Maurício Pestana. O fundo do editorial apresenta uma foto com rochas, reflexo de água e folhas de inverno. Uma fotografia da Alzira com ar sério.

O texto segue abaixo:

---

<sup>71</sup> **Lei 7.437 / 85** – Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, dando nova redação à Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951 – Lei Afonso Arinos. A legislação que classifica o racismo como crime inafiançável com pena de até cinco anos de prisão e multa.

### Pensando em informação

Revista Eparrei, cinco anos de Resistência enegrecendo a comunicação. No processo de construção, uma boa dose de gênero, para uma alquimia política, social e cultural de atrizes e atores negros. É o resgate da nossa história, com a nossa cara, nossa gente, nossa cor! Esforço de uma equipe em campo, para o jogo das Ações Afirmativas, dando nossa contribuição pra implementação da Lei 10.639/03. Eparrei! Escritas em fatos e fotos, por um grupo que não tem medo da intolerância, nem de pirraça. Estamos no corpo-a-corpo, no peito e na raça, são idas e vindas pelo Brasil afora, agindo e reagindo. No campo, uma equipe composta por jovens atacantes e veteranas, cujo objetivo é jogar as informações na rede. Apresentamos, neste décimo número, outras estrelas de primeira grandeza como Mãe Stela, Margareth Menezes, o Jongo da Serrinha, Neusa Borges, Maria Aparecida Bento, Urvani de Carvalho, a Oni Wani, as 14 negras indicadas para o Prêmio Mil Mulheres para o Nobel da Paz, dentre tantas outras, que compõem nossa constelação de mulheres afro-brasileiras. No jogo Orixá Alabi, Joel Zito e Eduardo Silva enriqueceram o time titular. Continuamos na prorrogação, esperando da arquibancada a sua assinatura para continuarmos no Campeonato. Estamos de olho no apito! Boa leitura, Asé para todas (os)! Alzira Rufino

Sua lógica argumentativa se dá por seis enunciados. No ritmo proposto pela Copa do Mundo de 2006, a autora utiliza-se das características e regras do jogo de futebol para estruturar seu texto. A seleção brasileira vinha de uma vitória no campeonato de 2002, no Japão, quando foi conquistado o pentacampeonato. Era grande a expectativa nesse novo Campeonato Mundial que aconteceu na Alemanha. O texto sugere que, para a autora, a informação representaria a bola em campo. É ela que dá a diretriz do jogo (relações raciais).

Pêcheux (2002, p.22-23) mostra, quando analisa a vitória de Mitterrand na França, a semelhança entre o discurso esportivo e o político. Sobre a expressão “On a gagné” (Ganhamos) o autor afirma que

as marcas e objetos simbólicos suscetíveis de se associarem a esta vitória (e, logo, de serem “apropriados” pelos torcedores que se identificam à equipe) são apenas conotações secundárias do resultado: não é certo que se possa mostrar ou descrever o que a equipe vencedora ganhou. (...) O universo das porcentagens de resultados, munidos de regras para determinar o vencedor é ele próprio um espaço de predicados, de argumentos e relações logicamente estabilizado: desse ponto de vista, dir-se-á que no dia 10 de maio, depois de 20 horas, a proposição “F. Mitterrand foi eleito presidente da República” tornou-se uma proposição verdadeira; ponto final.

Isso sugere que, neste editorial, a FD política se faz como força-motriz.

No que se refere ao efeito de sentido de *processo de construção*, no segundo enunciado, sugere um caminho, uma orientação dessa mudança (alquimia). Por meio de uma *alquimia*, de uma transformação do metal (consciência) em ouro (sabedoria) e apresenta seus principais campos de combate: o *político*, o *social* e o *cultural*.

Ou seja, a mudança de consciência está sendo orientada por essas mulheres, por meio do resgate da nossa história no discurso político, social e cultural; feito pela *Eparrei*, com nossa cara, nossa gente, nossa cor! Atribuindo o efeito de pertencimento do mundo da autora e o do público-leitor, ou seja, **de todos**.

O ritmo e a empolgação de uma narrativa esportiva podem ser percebidos na dinâmica das palavras e os deslizamentos de sentidos do quarto enunciado (estamos no corpo-a-corpo, no peito e na raça). Sugere o sentido de que a *Eparrei* seria uma das seleções em campo composta *por jovens atacantes e veteranas*, o novo e o velho, inovação e a experiência atuando juntas, *cujo objetivo* é para fazer o gol, *jogar as informações na rede*, na memória social.

O *jogo das Ações Afirmativas* é no sentido de este ser apenas uma partida num campeonato maior (o jogo das relações raciais no Brasil). A sugestão de atuação conjunta para a aplicação da Lei está presente no texto, a todo o momento: *equipe, grupo*. Ou seja, a ruptura com a norma vigente só se daria de forma coletiva, em equipe.

O estrelato e a fama dos campos de futebol são outras marcas discursivas no quinto enunciado, quando o autor (a Revista *Eparrei*) apresenta *outras estrelas de primeira grandeza*, que se destacam; as que dão a diretriz na *nossa constelação de mulheres afro-brasileiras*. Os homens (Orixá Alabi, Joel Zito e Eduardo Silva) complementam o *time titular*. Numa FD cultural estrela teria o sentido de luz, iluminar, de brilho. Uma constelação (uma equipe ou grupo de estrelas) têm um brilho mais forte, permanente, constante.

Para além desta FD cultural, podemos, também, neste enunciado (quinto), pensar em uma FD religiosa, já que estrelas e constelação remetem à natureza, ao céu (Orun) matriz das religiões afro-brasileiras.

Numa perspectiva de FD sócio-política, estrela, remete nos à luz, ao Iluminismo, que nos remete ao Immanuel Kant (Contrato Social, Crítica da Razão Pura, juízos e valores) e a Revolução Francesa, ou seja, pode representar, também, um sentido de revolução.

A autora lembra aos leitores a importância da torcida em um jogo (aplausos, reconhecimento), e neste *jogo*, a arquibancada é composta pelos leitores-assinantes. Dá-nos o sentido que, para aquele jogo, para aquela partida (a revista já impressa), o jogo acabou, mas, o *campeonato* (as relações raciais) ainda permanece e nessa prorrogação só é possível com a ajuda da arquibancada (os assinantes e leitores). Ou seja, para a manutenção financeira, condição de permanência, da revista, no *jogo político*.

*Estamos de olho no apito!* Quem apita um jogo de futebol é sempre uma terceira pessoa. Nesta perspectiva, a autora sugere a reflexão de quem apita o jogo das relações raciais? Quem tem o apito na mão?

Com toda certeza, não são as mulheres negras, pois estas estão em campo. Nem os homens negros, pois estes reforçam *a equipe de jovens atacantes e veteranas*. Esse sentido é silenciado, um não-dito. No entanto, podemos dizer que marca seu posicionamento político: *estamos de olho!* (nos acontecimentos).

O quarto editorial selecionado foi publicado em maio de 2007 e corresponde à edição **nº12**. Foi impressa no formato magazine (20 X 26,5 cm), colorida, com 60 páginas e tiragem de 5.000 exemplares. As matérias principais foram Ministra Matilde Ribeiro por Isabel Clavelin, Maria Ceíça de Neide Diniz, Rosane Borges: Informação é poder por Heleodora Souza, CCMN – 17 anos de Resistência pela estagiária Maria Helena Siqueira. O fundo do editorial é de cor vermelha, com uma moldura amarela com letras na cor branca. Uma fotografia da Alzira com ar sério.

O texto segue abaixo:

#### Editorial

Enfrentamos rochedos, ventos e trovoadas, sem abandonar o barco, segurando o leme da nossa história. No processo de Ações Afirmativas apresentamos a Revista Eparrei nº12.

Atrevidas, sim!

Pensadoras, com certeza!

Abrimos o nosso baú com o pensamento de Matilde Ribeiro, Maria Ceíça, Rosane Borges, Lídia Garcia; um pouco do que é os 17 anos da Casa de

Cultura da Mulher Negra, além de outras guerreiras navegantes do processo de mudança.

Registramos a história de mulheres negras contemporâneas que ousaram discordar e desconstruir o racismo na área das políticas públicas, ciências, cultura, poesia ou simplesmente fazendo.

Daqui e dali, costuramos e tingimos nossa colcha de retalhos. Arte com muita tinta preta para enegrecer as letras, pinceladas para uma manhã mais preta, pretinha.

Continuamos nos ares, nos mares, nas estradas deste Brasil.

Mulher Negra tem História !

**Alzira Rufino**

*Ps: fundo vermelho letras em branco.*

Têm sua lógica argumentativa estruturada três momentos enunciativos. O ano de 2006 foi fortemente marcado por manifestações contra o sistema de cotas, principalmente após a implantação da Lei Estadual no Rio de Janeiro que prevê a reserva de vagas nas universidades estaduais<sup>72</sup>. Nessa edição a CCMN mobiliza história de mulheres de todo o Brasil, do Nordeste ao Mato Grosso do Sul, para reforçar a necessidade da efetivação das Leis, para uma real mudança no país.

A autora, mais uma vez, se aproxima do público e dos personagens abordados no interior da revista, para dar um sentido de pertencimento à sua fala, no sentido de “quem sente, sabe”.

Ou seja, *Enfrentamos*, quem enfrenta? Nós negros. *Rochedos, ventos e trovoadas*, no sentido de enfrentamento ao racismo, as dificuldades imposta cotidianamente para uma efetiva inclusão social de negros e negras na sociedade brasileira.

*Sem abandonar o barco, segurando o leme da nossa história* mesmo com todas as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia, a revista apresenta uma seleção de mulheres que se destacam em suas profissões. Mais uma vez, aproximando leitores e autor.

A autora (Alzira Rufino) antecede qual a sua base de resistência nesta edição: Ações afirmativas. A revista, ao longo de suas páginas sugere várias práticas para a efetivação prática da Lei 10.639.

O tom provocador pode ser identificado nas expressões *Atrevidas, sim! Pensadoras, com certeza!*, atrevida no sentido de insolente, de quem procede

<sup>72</sup> Disponível

em:<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0307.nsf/02ac6f279b568e24832566ec0018d839/514a0629d40686fe8325715b0058ee20?OpenDocument>>

com petulância, com arrogância, de desaforo de quem permanece resistindo, por meio do pensamento, da informação, da comunicação, da revista *Eparrei*.

A utilização da palavra *baú* nos remete a um passado, ou seja, a autora demonstra que esta resistência não é recente, vem de muito tempo atrás, um efeito de sentido de ancestralidade. Remete-nos, também, ao sentido de preciosidade, já que nas histórias e contos o tesouro sempre é guardado em um baú.

Qual seria o sentido desse *processo de mudança*? Acreditamos que a autora atribui ao sentido do processo de Ações Afirmativas, expresso no primeiro enunciado.

O fim do segundo enunciado justifica a utilização da palavra *Atrevida* no fim do primeiro enunciado, a autora conclui seu pensamento com a expressão *ousaram discordar e desconstruir o racismo na área das políticas públicas, ciências, cultura, poesia ou simplesmente fazendo*.

Atribuímos maior relevância ao sentido sócio-histórico dado à palavra colcha de retalhos que destina seus significados a todo o texto, em que a colcha refere-se ao cotidiano, trançado, costurado de Norte ao Sul, por tecedeiras negras, na busca de aquecer, resgatar a auto-estima de outras mulheres negras.

Pensamos no sentido contraditório, já que o texto requer *arte com tinta preta*, mas que visualmente é branco, na impressão do texto. Acreditamos que a intenção foi dar, de forma subjetiva, devida atenção de que nossas histórias ainda continuam sendo contadas, escritas por pessoas não-negras, e a urgência de dar voz e lugar para os dizeres dessas “novas atrizes” *atrevidas e pensadoras*. Que coroa com a reflexão final: Mulher Negra tem História!

A cor vermelha de fundo sugere a posição política da(s) autora(s) do texto, ao nos rematar que vermelho é um dos símbolos emblemáticos associada à esquerda política.

Aparece mais uma vez o elemento natureza *rochedo* que evoca o efeito de sentido de oceano, mar, litoral, para além de sua FD religiosa, no candomblé (Alzira é mãe-de-santo), é importante lembrar que a autora reside no litoral paulista, Santos.

A foto de Alzira Rufino na parte superior do texto nos sugere a leitura de quem diz: estamos de olho.

O último editorial apresentado foi publicado em maio de 2010 e corresponde à edição nº16. Foi impressa no formato magazine (20 X 26,5 cm), em preto e branco.

O texto segue abaixo:

Terremotos, tempestades, enchentes; resultados visíveis da indiferença humana de séculos e séculos com africanas (os) e afrodescendentes, e, apesar de, nós continuamos firmes.

Temos como fundamento a fé para mudança de cenário tão carregado de exclusões.

Resistimos informando e resgatando histórias de tantas mulheres que deram e continuam dando suas contribuições para aliviar o stress cotidiano. Trazemos pensamentos e reflexões de mulheres negras de todas estações. Iluminamos com cores, luzes e atitudes a edição da Eparrei nº16.

Boa Leitura!  
Alzira Rufino/  
Editora

A lógica argumentativa do texto se organiza em seis momentos enunciativos. No primeiro enunciado a autora ativa a memória do leitor para os acontecimentos desastrosos do começo de 2010. Ele explicita as condições imediatas de produção, condições sócio-históricas do momento. O texto apóia-se no condição sócio-estórica do terremoto no Haiti, na América Central, que destruiu o país, deixando cerca de 320 mil mortos e mais de 1,5 milhões de flagelados. Cerca de 90% dos haitianos são de ascendência africana. Lembrando, também, dos desastres naturais ocorrido no Brasil naquele ano.

Entendemos que a autora, no segundo enunciado, num gesto de provocação (ou ironia), coloca em contradição o sentido contemporâneo de humano<sup>73</sup> (homem, branco, heterossexual, ocidental). E estes “humanos”, tem o sentido de serem os responsáveis pelos desastres que causaram tantas mortes, tanto no Haiti, quanto no Rio de Janeiro e em São Paulo, devido ao descaso público com a questão da moradia.

A autora se posiciona no discurso quando “diz” qual o seu lugar de fala e para quem ela fala. *Apesar de, nós continuamos firmes*. A utilização do pronome na primeira pessoa do plural produz este efeito de sentido. Mesmo com

---

<sup>73</sup> É preciso lembrar que o racismo contemporâneo tem “herança genética” na diferenciação de humano e não humano das teorias eugenistas do início do século XX para justificar a suposta inferioridade entre as etnias e a exploração entre humanos. Para ler mais sobre o tema ler *Racismo: uma introdução* de Michel Wiviorka.

todos os imprevistos, mesmo com todas as intenções (ou omissões) de exterminar a população negra à qual a autora se vincula, eles permanecem, resistindo.

Observamos que a palavra fé, no terceiro enunciado, é carregada de significados e significâncias, já que a autora é a mais alta autoridade dentro da religiosidade afro-brasileira, uma Yalaorixá, uma mãe-de-santo.

Esse caracteriza um processo polissêmico, já que o candomblé é considerado, historicamente, uma forma de resistência cultural de negras e negros africanos no Brasil. Através dele, do candomblé, rituais, crenças, cerimoniais, características das formações familiares e das filosofias das várias nações africanas foram mantidas vivas na memória coletiva da população.

Podemos também apreender o sentido de que a autora se refere à fé política, militante para a mudança. Sugere mudança não apenas ao âmbito cultural, mas também sócio-econômico, quando ela utiliza a palavra *exclusões* no final da frase. Sabe-se que a mulher negra brasileira ocupa o último lugar da pirâmide social brasileira, como indicam várias estatísticas, como vimos no início do trabalho.

A palavra que nos chama atenção, no quarto enunciado, é *stress cotidiano*. Num primeiro momento pensamos a questão do stress cotidiano, algo próprio da condição feminina com sua dupla, tripla jornadas de trabalho e chefe do “mundo privado”, da família.

Porém, entendemos que a autora não quis dar apenas sentido literal para o texto, de stress psicológico decorrente da rotina. Seguindo os implícitos dos enunciados anteriores, entendemos que se refere ao estresse diário decorrente do racismo<sup>74</sup>.

A autora aborda neste enunciado (o quarto) o papel social da revista *Eparrei*, que o cumpre sua função informando e resgatando história de mulheres negras como forma de resistência ao racismo e à exploração.

O que nos chama atenção, no quinto enunciado, é a palavra *estações*<sup>75</sup>. Neste contexto, compreendemos que se refere a mulheres de todas as idades, épocas, e de todos os lugares, das várias regiões brasileiras. Esta edição foi

---

<sup>74</sup> Sugerimos a leitura da obra *Pele Negra, Mascaras Brancas* de Frantz Fanon (2008).

<sup>75</sup> cf. Estação de trem ou de ônibus; centro transmissor de rádio ou de tv; cada uma das quatro divisões climáticas do ano; período, época; conjunto de instalações em local favorável à terapia, ao descanso

contemplada, especificamente, com as histórias de Mãe Beata de Yamonjá, mãe-de-santo de 79 anos (em 2010), baiana, mas moradora da Baixada Fluminense (Rio de Janeiro). Jana Guinond de 40 anos, pedagoga e coordenadora executiva da ONG Estimativa e Nadir de Souza Brito, santista, assistente social e militante do movimento negro-feminista de Santos.

No último enunciado, a autora retoma outro importante tema recorrente na cultura africana que é a relação com as cores. Iluminar pode ser no sentido de trazer conhecimento, não apenas no seu sentido estrito, mas no âmbito da sabedoria africana. A palavra atitudes torna-se fundamental, que liga o plano do simbólico com o da ação e da materialidade, este a instância onde circula o periódico *Eparrei*.

Entre os editoriais analisados, percebemos que a recorrência da idéia de resistência em todos os editoriais e a palavra é usada explicitamente em dois deles (nº10 e nº16).

Resistência, segundo o dicionário Houaiss<sup>76</sup>, é qualidade de um corpo que reage contra; o que se opõe ao movimento de um corpo; é a capacidade de suportar a fadiga, a fome, o esforço; a defesa contra um ataque; recusa a submissão à vontade do outro; oposição, reação; reação a uma força opressora; qualidade de quem demonstra firmeza; vigor moral, determinação.

Podemos concluir que os editoriais da revista apontam para uma histórica resistência, para a permanente luta das mulheres negras do país em buscar uma mudança social de sua condição social, econômica, cultural.

Simbolicamente, utiliza expressões e signos que orientam para uma revolução social. Revolução no sentido de uma mudança política radical. Ou seja, provocar mudanças significativas e estruturais, perturbar, de forma normativa, por meio das Leis, a ordem social vigente.

---

<sup>76</sup> Mini-dicionário Houaiss da língua portuguesa, 2ª edição, 2004

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOBRE AS FD's E A FI

*Sou negra ponto final*  
*Devolvo-me a identidade Rasgo minha certidão*  
*Sou negra*  
*Sem reticências Sem vírgulas sem ausências*  
*Sou negra balacobaco*  
*Sou negra noite cansaço*  
*Sou negra*  
*Ponto final*  
**- Alzira Rufino -**

### *As Formações Discursivas da Revista Eparrei*

É necessária ser feita uma primeira observação. Há um editorial em que a Alzira Rufino não é autora. A edição nº9, publicada em novembro de 2005, vem assinada em nome da equipe Eparrei, destinada à editora (Alzira Rufino). Na ocasião, Alzira foi indicada ao “Prêmio Mil Mulheres para o Nobel da Paz” e CCMN comemorava 15 anos de existência. A capa trouxe um desenho artístico de Alzira, feito por Maurício Pestana. Mas a edição não traz nem uma matéria sobre Alzira Rufino, o que sugere a “fuga” de uma auto-referência.

Podemos afirmar que o processo discurso dos editoriais orienta-se pelas seguintes Formações Discursivas: artístico-poética, sócio-política, religiosa e cultural.

A *FD artístico-poética* se faz presente na utilização das cores, tanto de forma visual (como pano de fundo nos editoriais, fotografias que emolduram o editorial), quanto na elaboração textual. Pode trazer sentido no processo de miscigenação ao qual a população brasileira foi (e é) constantemente imposta e exposta, como no período escravocrata e o incentivo governamental na imigração de europeus e japoneses. Observamos uma habilidade textual no uso do efeito metafórico dos sentidos, característica profissional da autora dos textos (Alzira é poetiza). Pode-se perceber também a utilização de recursos musicais para a ativação da memória cultural do leitor, como ocorreu na edição nº5 e nº7.

A *FD sócio-política* é de caráter emancipatório e de luta por direitos que, no período em análise, está em concordância com as políticas públicas governamentais de inclusão dos negros e minorias. A arte de cozinhar é recorrente

no processo de produção textual e argumentativa (nº2, nº5, nº7, nº8 e nº11). O ato de cozinhar é historicamente atribuído à mulher, à mãe, à avó, por tanto um recorte de gênero. A vida social é marcada pela alimentação. O alimento une as pessoas, aproximam amigos, familiares, casais. Participar de refeições em conjunto, comemorar datas em torno de uma mesa, servir alimentos para visitas, tudo isso é importante para criar e aumentar os vínculos. A alimentação também ativa nossa memória sensorial, por exemplo, o cheiro da feijoada pode remeter à lembrança da casa da avó, o sabor de um doce pode nos remeter à infância (*vai um brigadeiro aí?*).

A *FD religiosa* é uma das que conduzem os processos argumentativos dos enunciados da revista. O recurso memorial na lenda e nas características dos orixás africanos pode ser observado em todos os editoriais, anunciados como raízes, folhas (nº1 e nº2), ventos e trovoadas, e o próprio nome da revista, *Eparrei*<sup>77</sup>.

Concluimos que a *FD cultural* remete a alguns valores civilizatórios de sociedades negro-africanas<sup>78</sup>. Essa FD conduz e orienta os editoriais da revista. Os sentidos de circularidade (nº6), ancestralidade, comunidade e força vital, são recorrentes.

#### *Os embates ideológicos da Revista Eparrei: Golpes e contra-golpes*

A principal proposta de superação do racismo, que podemos identificar na revista *Eparrei*, é a publicação das histórias de homens e mulheres negros que conseguiram vencer a barreira do racismo. Aqueles que se destacaram e se destacam em suas carreiras. A revista, por meio desses personagens, apresenta um horizonte, a possibilidade de êxito à população, que historicamente, vem sendo retratada apenas como ex-escrava.

Outra frente de batalha da revista é fazer cumprir a Lei 10.639/03. São inúmeras as edições que propõem atividades, textos e atuações possíveis para

---

<sup>77</sup> Saudação à lansã.

<sup>78</sup> Mais informações em Valores Civilizatórios em Sociedades negro-africanas do pesquisador Fábio Leite. Publicado em 1996 Acessado em junho de 2013. Disponível em: <http://www.casadasafricanas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/08/Valores-civilizatorios-em-sociedades-negro-africanas.pdf>

fazer valer o direito à inclusão da história negra brasileira e africana no currículo escolar.

Dentro da teoria althusseriana de Aparelhos Ideológicos do Estado, podemos dizer que, essas frentes, a mídia e a escola, são os principais meios para a superação dos estereótipos agregados a população negra. Por tanto, a revista *Eparrei* cumpre sua função, colaborando principalmente na (re)escrita da história dessa população, abrindo um novo espaço na memória coletiva brasileira.

Os editoriais sugerem a mudança da sociedade por meio das Leis, ou seja, defende a ideia de luta por direitos e de superação das desigualdades raciais por meio do cumprimento das Leis vigentes. Defende a luta no âmbito e sob as regras do Estado democrático de Direito. Busca a ampliação da cidadania através de todo rol de garantias fundamentais, baseadas no chamado "Princípio da Dignidade Humana".

Com essa leitura, não podemos deixar de notar o silenciamento em torno do Estatuto da Igualdade Racial, criado pelo Senador Paulo Paim, que levou cerca de 10 anos para ser aprovado e sancionado, o que ocorreu em 16 de junho de 2010. Apesar de a revista prezar pelo discurso jurídico e reivindicar a aplicação das Leis, em nem um editorial foi dado destaque, ou espaço para falar sobre/do Estatuto. O que sugere uma crítica ou rejeição a esse instituto jurídico.

Na entrevista<sup>79</sup>, Alzira Rufino confirma este silenciamento. Para ela o Estatuto não se efetiva como instrumento de luta, pois ela entende que não houve divulgação, por parte do Estado, sobre o mesmo. E diz ter sido apagada a sua essência com os diversos cortes e vetos durante o processo de aprovação no Congresso e publicação final.

Como foi dito inicialmente, a leitura do primeiro capítulo poderia causar certo desconforto. No entanto, entendemos o racismo como uma ferida aberta na sociedade e, como tal, deve ser tratada. Deve ser exposta para que todo o seu caráter abjeto seja extirpado da sociedade brasileira, uma intervenção profunda em defesa de princípios fundamentais às relações de grupos que se marcam pela diferença e diversidade. Referimo-nos ao respeito, à tolerância, enfim, à civilidade. No caso específico das relações raciais, assume relevância a *reparação*. Desse modo, com o passar do tempo, talvez possam ficar apenas as cicatrizes como

---

<sup>79</sup> Em anexo.

indícios de uma história e de uma memória do dizer a serem enfrentadas e negadas, como faz *Eparrei*, reescritas.

Concluimos que, assim como a atuação do racismo no Brasil, se dá no subentendido, no implícito e nas ações cotidianas, os editoriais da revista *Eparrei* utilizam, sugerem e defendem a sutileza para romper com o imaginário negativo que circunda cidadãos, negros e negras. Atribuindo humanidade, suavidade, leveza, coragem e determinação, através da força dos principais orixás femininos<sup>80</sup> do panteão africano, a este campo de luta.

---

<sup>80</sup> Iansã, Iemanjá, Oxum, Nanã

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, Pierre; [et.al.]. **Papel da Memória**. Tradução de: José Horta Nunes. 3 ed. Campinas – SP: Pontes, 2010

ARENDT, Hanna. **Origens do totalitarismo**: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução de: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

BARROS, Luiza. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero, organizado por Lolapress em Durban, África do Sul, em 27 – 28 de agosto 2001.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Brasiliense, 1971

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-57

BLACKWELL, Marylei; NABER, Nadine. Interseccionalidade em uma era de Globalização: as implicações da conferência mundial contra o racismo para práticas feministas transnacionais. **Estudos Feministas**. Ano 10, 1º semestre de 2002, p. 189-198

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, 2006. p. 329-376

BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução a análise do discurso**. 7.ed. Campinas: Unicamp, 1998.

BORGES, Rosane; Mídia, racismos e representações do outro: ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. In: BORGES, Roberto C. da Silva; BORGES, Rosane. **Mídia e racismo**. Petrópolis - RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Casa de Cultura da Mulher Negra. Disponível em:<<http://casadeculturadamulhernegra.org.br>>

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, n. 49, 2003. p.117-132

\_\_\_\_\_. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Artigo apresentado no Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero, organizado por Lolapress em Durban, África do Sul, em 27-28 de agosto de 2001.

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. **Cadernos Pagu**, n. 6-7, 1996. p.35-50

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro - RJ: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GOMES, Nilma L. **Novos contornos da luta anti-racista: movimento negro, cidadania e afirmação da diferença**. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra. Coimbra, 2006. Disponível em:  
<[https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:cZL8pl6LlgkJ:www.fafich.ufmg.br/col\\_oquio/files/Nilma%2520Lino%2520Gomes%2520%255B178%255D.doc+%22Novos+contornos+da+luta+anti-racista:+Movimento+Negro,+cidadania+e+afirma%C3%A7%C3%A3o+da+diferen%C3%A7a%22+Universidade+de+coimbra&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESjGk8gr5D\\_CnrG5iaXQQia3bd1iQhgDvxVAZXez6CF3gLvpmI7paHmKBy\\_QW-1NvvkGTwH6XcWUJqbLWtDIVEloc-V3ZtLIYvGIZt3LGXXu1BXF4ajBu\\_2g0YSqHIPHzH2\\_lx3&sig=AHIEtbQg0H11mNO nM0QTEdEmNAn8D50rw](https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:cZL8pl6LlgkJ:www.fafich.ufmg.br/col_oquio/files/Nilma%2520Lino%2520Gomes%2520%255B178%255D.doc+%22Novos+contornos+da+luta+anti-racista:+Movimento+Negro,+cidadania+e+afirma%C3%A7%C3%A3o+da+diferen%C3%A7a%22+Universidade+de+coimbra&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESjGk8gr5D_CnrG5iaXQQia3bd1iQhgDvxVAZXez6CF3gLvpmI7paHmKBy_QW-1NvvkGTwH6XcWUJqbLWtDIVEloc-V3ZtLIYvGIZt3LGXXu1BXF4ajBu_2g0YSqHIPHzH2_lx3&sig=AHIEtbQg0H11mNO nM0QTEdEmNAn8D50rw)> Acesso em: ago 2012.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em:  
<<http://xa.yimg.com/kq/groups/17805790/1123062368/name/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf>>

\_\_\_\_\_. **O papel da mulher negra na sociedade brasileira**. mimeo, Spring Symposium the Political Economy of the Black World, Los Angeles, 10-12 maio de 1979

HABERMAS, Jürgen. **Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, Rio de Janeiro: Ática, 1980.

\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução de: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Trad. Patrick Burglin, Rio de Janeiro – RJ: Edições Graal, 1979.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses Contemporâneas de Pesquisa em Comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**, Petrópolis - RJ: Vozes, 2001. p. 187-240.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, 2008

HOUAISS, Antonio e Villar, Mauro de S. **Minidicionário da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004

IBGE 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>

IPEA 2011. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110512\\_comunicadoipea91.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110512_comunicadoipea91.pdf)>

LEITE, Fábio. R. R. **A questão ancestral** (Notas sobre ancestrais e instituições ancestrais em sociedades africanas: Ioruba, Agni e Senufo). Tese (Doutorado em FFLCH) – Universidade Estadual de São Paulo, 1982

LIPPMAN, Walter; **Opinião pública**. Tradução de: Jacques A. Wainberg. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick. **Dicionário de análise de discurso**. Coordenação de tradução: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004

MOORE, Carlos, **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo, Belo Horizonte – MG: Mazza Edições, 2007.

MOORE, Henrietta. Compreendendo sexo e gênero. Do original em inglês: “*Understanding sex and gender*”. In: Tim Ingold (Ed.), Tradução de: Júlio Assis Simões. **Companion Encyclopedia of Anthropology**. Londres, Routledge, 1997, p. 813-830.

MUNANGA, Kabengele **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>>. Acesso em: maio de 2013

OLIVEIRA, João Manuel. **Os feminismos habitam espaços hifenizados** – a localização e interseccionalidade dos saberes feministas. Revista *ex aequo*. n. 22, 2010, p.25-39

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Leitura**. 2 ed., Campinas – SP: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1996

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 7 ed., Campinas: Pontes, 2007

ORLANDI, Eni P. **Discurso em análise**: sujeito, sentido e ideologia. 2 ed., Campinas: Pontes, 2012

PÊCHEUX, Michel; **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de: Eni Orlandi. 3 ed., Campinas: Pontes, 2002.

PEREIRA, Rose; ROCHA, Thais. **Discurso midiático**: análise retórico-jornalística do gênero editorial. 2006. Monografia em Comunicação Social. Universidade Federal de Alagoas

POLLAK, Michael, memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

POSSENTI, Sírio. Ainda sobre a noção de efeito de sentido. In: **Análise do Discurso**: as materialidades do sentido. 3 ed., São Carlos - SP: Editora Claraluz, 2007

SANTOS, Luana Diana. “Comunicar é politizar”: a revista eparrei e a participação feminina na luta contra o racismo no brasil. **Caderno Espaço Feminino**, v. 25, n. 1, 2012

SANTOS, Helio. Uma avaliação do combate às desigualdades raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. **Tirando a Máscara**: ensaio sobre o racismo no Brasil. São Paulo – SP: Paz e Terra, 2000. p.53-74.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução de: SOS: Corpo e Cidadania, Recife, 1990

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. Tradução de: Luís Eduardo de Lima Brandão. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1992.

VAN DIJK, Teun A.(Org.); **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

VILLAS BOAS, Sérgio. **O estilo magazine**. São Paulo: Summus, 1996.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Tradução de: Zélia Leal Adghirni. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

## **ANEXOS**

## ANEXO A

### Editoriais da Revista Eparrei

Editorial Revista Eparrei

2º semestre de 2001 ANO I nº1

Desafiar. O presente não nos dá folga

EPARREI vem temperando uma nova antena, “miolando” uma nova imagem. Os dedos precisam comunicar outra história. Somos pregadores soltos nos varais de uma nova imprensa.

Não concordar. Eparrei!!! Pensar um novo design no nosso macarrão de domingo. Estamos trazendo um jogo de damas, um jogo de dados, um jogo de cartas. Precisamos montar um novo leque econômico, investir em profissionais e empresas negras. Até quando vamos fortalecer, para pedir depois? Até quando estaremos no banco de espera para negociar as nossas necessidades? Comunicar é sangue bom. Vamos aumentar nossa auto-estima!!!

EPARREI continua com a proposta de espalhar as folhas.

Publicamos nesta edição um resumo do que podemos colher em Durban, o documento brasileiro, algumas impressões junto à delegação de ONG's presentes na Conferência, artigos pós-Durban, estatísticas, legislação racial, direitos da mulher e violência, ações afirmativas em curso, poemas, eventos, dicas de publicações, vídeos e sites... Um resumo do que chegou às nossas mãos. E como nosso poder político precisa do nosso poder econômico, neste e nas próximas edições, continuaremos divulgando a fonte de financiamento.

Axé para todos e todas que acreditam que Durban era possível e também a todas e todos que não estiveram em Durban mas que contribuíram para que cerca de 600 representantes de ONG's, sindicatos, movimentos sociais e governo, fizessem a delegação brasileira a maior desta Conferência. Agradecemos os textos, artigos, fotos, informes enviados.

Conseguimos fazer a química que precisa continuar e monitorar a cara e a cor que gestam a nossa história, sinalizando para o Governo e para a sociedade que precisamos de política em dialeto.

Alzira Rufino  
Editora

Editorial Revista Eparrei

1º semestre de 2002 ANO I nº2

Informar é fazer política

Estamos em um ano eleitoral. Precisamos de candidaturas compromissadas. Já é tempo para que a reserva de cotas para candidatas mulheres seja estendida às candidatas negras. Os partidos políticos precisam também das a sua cota. De fato, não só no discurso em curso. Nossa mobilização será necessária para podermos enfrentar as dificuldades que nos aguardam. Política não se faz sozinho/a. Vamos abrir o leque de aliados, com educadores/as, famílias, igrejas, sindicatos, empresários.

Passar da falação para a pressão. Falar como maioria, agir como a maioria de fato que somos.

Pré-condição: para termos poder político, o povo negro precisa estar no mesmo trem. Ser informado e convidado a participar. E mais uma vez, falamos de comunicação e informação.

Por outro lado, o nosso poder político precisa do nosso poder econômico. Urgência de nos fortalecer economicamente. Não se elegem candidatos/as negros/as apenas com idéias, palavras e boas intenções.

Nesta edição estamos trazendo o Fórum Social Mundial de 2002 pela ótica negra, o axé da Bahia, o monitoramento pós-Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação racial, Xenofobia e outras formas de intolerância, leis & ações afirmativas em curso na área racial e da violência contra a mulher, agenda de eventos de raça e gênero, artigos de colaboradores, fontes de financiamento para ong's, dicas culturais, a "gota d'água" de uma atriz negra, poetas em movimento, entrevistas, papos batidos com pessoas que fazem parte desta construção. E o que achamos importante nesta última hora, último minuto, último segundo. Tem que entrar!

Ouvimos as lendas de nossos/as antepassados/as de espalhar as folhas, compartilhar informação. Aprendendo e fazendo. Não estamos no caminho do coelho, nem da tartaruga, mas chegaremos, certo?

Quando se diz que a cara negra não vende, estamos aqui conjulgando visibilidades apagadas pelo poderio da exclusão.

Axé a todas e todos, negros/as e aliados/as, que mandam suas energias para que a Revista Eparrei seja.

Alzira Rufino

Editora

Editorial Revista Eparrei  
2º semestre de 2002 ANO II nº3

Hoje há uma onda de energia feliz no Brasil em que todos/as nós mergulhamos para carregar as baterias para 2003 e para tudo que virá.

Enquanto Revista Eparrei, vamos compartilhando mudanças e desafios.

Nesta edição, enfocamos especialmente as polêmicas que envolvem as ações afirmativas/ reserva de cotas para afrodescendentes e os danos que a violência do racismo traz à nossa atitude, nossa resposta à vida, mas resgatando também artes e saberes de mulheres negras protagonistas, portadoras de uma tradição, de uma herança que nos conduza matriz africana hoje.

Ainda, 2002 foi o ano da Cúpula da Terra (Rio +10), dos 70 anos da conquista do voto feminino no Brasil e de uma plataforma política das mulheres, que nesta eleições, aumentaram a pequena representação feminina no Congresso e nos Estados.

Enquanto comunidade afro-brasileira mostramos a cara nos debates presidenciais e nas candidaturas do legislativo e executivo. Embora não tenha sido eleita para governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva se confirmou como uma das principais lideranças do país. Ela, com seu porte moral, integridade e coragem pessoal, é um exemplo na política brasileira e alimenta a nossa ancestral esperança. É urgente que se teça uma rede de solidariedade, mais sensível, mais próxima, que acompanhe passo a passo cada avanço e cada obstáculo, refazendo a auto-estima nossa de cada dia, firmando nossas raízes, afirmando nossos ramos irmãos.

O coração bate forte diante das possibilidades...!

Oyá misolorum

Alzira Rufino

Editora

Editorial Revista Eparrei

1º semestre de 2003 ANO III nº4

Já são passados quase dois anos da realização da Conferência de Durban, que denunciou ao mundo o crime lesa-humanidade do tráfico de seres humanos e a transformação de africanos/as em mercadoria barata. Um Brasil que se desenvolveu à custa do sangue afrodescendente deve fazer justiça àqueles/as que herdaram essas histórias de violência, de desumanização e miséria que se perpetuaram até os dias atuais. Quinhentos anos presos na garganta e o negro ocupando raros espaços. Entramos num processo de ações afirmativas, criação da Secretaria Nacional de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR), fortalecimento da Fundação Palmares. Exigimos justiça e reparações, um olhar para as nossas ansiedades, para as nossas cotas de dignidade.

A Revista Eparrei de maio/2003 traz imagem de Lélia González, uma homenagem histórica sem retoques. Dever nosso, resgatar a memória de mulheres negras. Que pena que não tivemos estruturas nem inteligência para reconhecer Lélia em vida! Não podemos fazer isso com as nossas lideranças vivas de hoje. Herdeiras de Lélia, mulheres negras em movimento: N'Zinga – Coletivo de Mulheres Negras do RJ, Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, Grupo de Mulheres Mãe Andressa no Maranhão, Coletivo de Mulheres Negra de Belo Horizonte que depois adotou o nome de N'Zinga também, o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista que depois virou Casa de cultura da Mulher Negra, Geledés (SP), Criola (RJ), Maria Mulher (RS), casa de Laudelina de Campo Melo-Organizações de Mulheres Negras de Campinas, Fala Preta (SP), Malungas de Goiás, Instituto de Mulher Negra (Imena) do Acre, Coletivo Esperança Garcia do Piauí, Associação Cultural de Mulheres Negras (Acmun/RS), Uiala Mukaji – Sociedade das Mulheres Negras de Pernambuco e outras que por aí estão nas mais diversas regiões do Brasil. Registramos aqui o papel das Iyalorixás, ontem e hoje, em sua trajetória de resistência.

Além de Lélia, essa edição traz 15 anos de Geledés, negras e negros como Zezé Motta, Leci Brandão, o cartunista Pestana, o diretor de TV e cinema Pillar, que emprestam seu nome à mudança e à afirmação da dignidade humana. Eparrei abre suas páginas também às mulheres negras anônimas que fazem uma história sem recibo, sem carimbo, sem memória.

**E tem novidade:** a Eparreizinha, encarte para crianças desenhando nossas raízes.

Comunicar é politizar.

Brasil, país negro, indígena e feminino, acreditamos em uma outra história.

Alzira Rufino

Editorial Revista Eparrei (**ANALISADO**)

2º semestre de 2003 ANO II nº5

Dois anos da revista Eparrei!

Atravessando África-Brasil, oceanos de comunicação  
levando a cada braçada consciência além-mar,  
uma historiografia em poucas páginas.  
Desmontando grampos,  
conversando e convidando para o dendê da palavra.

Reminiscências africanas do fazer do mar-mar, do céu-céu  
e canoas que atravessam as chuvas, ventos e calmarias  
e querem chegar a um porto onde amarremos as nossas cordas.

Fluir nesse espaço cético  
para dentro de uma comunicação negra.  
Fazer dos navios negreiros ondas de eletricidade  
choque.

Dois anos de Eparrei!  
Estamos num tira-teima  
de quê, pra quê, com quem?  
Sabemos.

Atrevimento, aprendizado do acordar.

Dar “gracias a la vida”  
por conseguir assoprar a cada dia a informação  
como se fôssemos crianças numa festa de aniversário de 2 anos.  
Vai um brigadeiro ai?...

Trazemos para a festa, Ruth de Souza, N’Zinga/Coletivo de  
Mulheres Negras, Emanuel Araújo, Mazza, Petronilha, Abdias Nascimento, Vanda  
Menezes, Fátima Oliveira, pessoal da Rádio Fevela FM, Zora e Dora de BH,  
Mulheres do ACMUN e religiosas/os de matriz africana em luta  
contra a intolerância religiosa.

Ações afirmativas já!

Alzira Rufino  
Editora  
[alzirarufino@uol.br](mailto:alzirarufino@uol.br)

## Editorial Revista Eparrei (**ANALISADO**)

1º semestre de 2004 ANO III nº6

Dois minutinhos. É o tempo que se tem para fazer o editorial. A revista está saindo. Depois de tantas idas e vindas, conseguimos ordenar no papel o que grita nesse momento: leis e ações afirmativas, cotas, capacitar para o poder.

A Lei 10.639, que leva para a escola a história e cultura da África e dos Afro-brasileiros, requer um grande investimento em capacitação e em materiais educativos assinados por experts negros/as.

Capacitar para que não tenhamos o susto de ver idéias e leis, mais uma vez, no ralo e na lata do lixo. Capacitar, capacitar, capacitar.

Trazemos neste número da Revista Eparrei um Rio de Janeiro de mulheres como Wania, Neusinha, as Criolas, Joselina, Jurema, com vontade de lutar por um povo que não tem medo de careta; uma parcela de negritude do povo maranhense; a consciência do poeta Oliveira Silveira e da atriz/ ialorixá/ fotógrafa/ documentarista Chica Xavier; artigos, cultura e poesia negra em movimento.

Sabemos que o produto principal de uma matemática de exclusão é a subtração de alguns quesitos: educação, alimentação, cultura, acesso à capacitação profissional. Este número que apelidamos de Ciranda Formatada é um projeto especial. Resulta de um processo de jovens negras que discutiram e dividiram criatividade no Laboratório de Redação e Comunicação Visual da Revista Eparrei, às quais se somaram as jornalistas Eliane Almeida, Kelly Albuquerque, Fernanda Felisberto no RJ e Isabel Clavelin em Porto Alegre. Processo incandescente com a urgência de mostrar nos pontos de comunicação planetária nossa ansiedade de falar do “só quem sente, sabe”.

O resgate da nossa auto-estima compartilhamos com os leitores e leitoras da Revista Eparrei, que, a cada número que circula, amplia a nossa galeria de amigos/as de todas as cores.

Enquanto editora dessas idéias, cumprimento a garra das jovens comunicadoras negras que ajudaram a fazer esta edição. É isso aí. Isso é só o começo.

Valeu!

Alzira Rufino

Editora

[alzirarufino@uol.com.br](mailto:alzirarufino@uol.com.br)

Editorial Revista Eparrei

2º semestre de 2004 ANO III nº7

Estamos aí!

Na batalha, trazendo informação.

Cavando canais imaginários e reais e mudando o reality show de uma informação eurocêntrica, impositiva...

Fácil não é.

Determinação é a nossa meta.

Acreditar!

Dentro de um jogo de perdas e ganhos, estamos aqui com mais um número da revista Eparrei, inseridas em um processo onde nosso povo se soma, mostrando que negro pensa e faz.

Para desmistificar um quadro pintado por essa sociedade que esconde e mostra a imagem do negro da forma que lhe convém.

Revista Eparrei: três anos de batalha no campo da informação.

Ações afirmativas, trazemos nosso futuro, jovens meninas negras agindo e repensando através da comunicação a nossa posição.

Repensar com responsabilidade a nossa participação política, é avançar, refletir e agir.

O leite derramado faz parte do nosso passado.

É só aprender a beber, estar nas mesas de decisões.

Trazemos nessa edição, figuras como Léa Garcia, Olívia Santana, Iléa Ferraz, Inacyra Falcão, Nilma Bentes, Daiane dos Santos, Henrique Cunha, Rebeca Duarte e temas como Ações Afirmativas, dentre outras personalidades e assuntos do nosso Mundo Negro.

Um pouco da história do nosso povo, não como coadjuvantes e sim protagonistas dessa transformação, que está muito próxima da virada.

Valeu àqueles que continuam acreditando.

Valeu Maria Rosa Pereira.

Querer é poder.

É com esta convicção que a Equipe Eparrei deseja a todos um feliz 2005!

“Os alpinistas estão chegando.

Estão chegando os alpinistas...”

Alzira Rufino

Editora

alzirarufino@uol.com.br

Editorial Revista Eparrei

1º semestre de 2005 ANO IV nº8

Resgatar histórias e memórias de mulheres negras ontem e hoje. Trabalhando, trabalhando, trabalhando...

Mostrando para o mundo que a nossa história precisa ser revisada. Revista Eparrei e Boletim Online. Estamos aqui e ali, alimentando nosso povo com informação afro-brasileira. Continuamos nosso papel em comunicação; por acreditar que a informação é imprescindível para a mudança desse cenário de desigualdades e falta de oportunidades. Novas profissionais estão chegando para trabalhar na confecção da massa. Editar a Revista Eparrei, não é tarefa fácil. Faltando uma pitada de sal, às vezes, um pouco mais de açúcar para equilibrar a massa...

O bolo ficou pronto. Estamos dividindo as fatias para os que continuam acreditando numa proposta alimentar de informação justa. Nesse número tivemos nos ingredientes da massa de Eparrei nº 08: Lia de Itamaracá e a Negritude Pernambucana, Helena Theodoro, Telma de Souza, Oriashé, Promotoras Legais e outras entidades de São Paulo, Sandra de Sá, Alcione as Panelleiras do Espírito Santo, a História do Samba e Minas Gerais entre outras. Enfim, continuamos espalhando as folhas.

Casa de Cultura da Mulher Negra

15 anos de Resistência!

Alzira Rufino

Editora

Editorial Revista Eparrei

2º semestre de 2005 ANO IV nº9

À editora com carinho

Sua indicação para o “Prêmio Mil Mulheres para o Nobel da Paz” não nos surpreendeu. No ano em que a Casa de Cultura da Mulher Negra comemora 15 anos de resistência, trazemos na 9ª edição, você Alzira Rufino na capa à revelia. Mestre, valendo apostar na comunicação coma a nossa cara. Cabe aos leitores conferir. Estamos aqui mais uma vez resistindo com mais uma edição.  
Equipe Eparrei

**Editorial Revista Eparrei (ANALISADO)**

1º semestre de 2006 ANO V nº10

**Pensando em informação**

Revista Eparrei, cinco anos de Resistência enegrecendo a comunicação.

No processo de construção, uma boa dose de gênero, para uma alquimia política, social e cultural de atrizes e atores negros. É o resgate da nossa história, com a nossa cara, nossa gente, nossa cor!

Esforço de uma equipe em campo, para o jogo das Ações Afirmativas, dando nossa contribuição pra implementação da Lei 10.639 03.

Eparrei! Escritas em fatos e fotos, por um grupo que não tem medo da intolerância, nem de pirraça. Estamos no corpo-a-corpo, no peito e na raça, são idas e vindas pelo Brasil afora, agindo e reagindo.

No campo, uma equipe composta por jovens atacantes e veteranas, cujo objetivo é jogar as informações na rede.

Apresentamos, neste décimo número, outras estrelas de primeira grandeza como Mãe Stela, Margareth Menezes, o Jongo da Serrinha, Neusa Borges, Maria Aparecida Bento, Urivani de Carvalho, a Oni Wani, as 14 negras indicadas para o Prêmio Mil Mulheres para o Nobel da Paz, dentre tantas outras, que compõem nossa constelação de mulheres afro-brasileiras. No jogo Orixá Alabi, Joel Zito e Eduardo Silva enriqueceram o time titular.

Continuamos na prorrogação, esperando da arquibancada a sua assinatura para continuarmos no Campeonato.

Estamos de olho no apito!

Boa leitura,

Asé para todas (os)!

Alzira Rufino

Editorial Revista Eparrei

2º semestre de 2006 ANO V nº11

As escolas devem incluir em seu conteúdo programático o estudo da história da África e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional. Esse é o principal objetivo da Lei nº 10.639 que especifica ainda, que a temática deve ser ministrada, em especial, nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira, e que o dia 20 de novembro deve ser incluído no calendário escolar como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

No cotidiano da Casa de Cultura da Mulher negra e nas cidades por onde passamos, observamos a falta de informação e conhecimento do conteúdo a ser aplicado, bem como a dificuldade dos professores em atender a demanda.

Nossas crianças não nascem, torna-se racista e as (os) operadores da área da educação possuem também um papel fundamental para essa mudança. Fizemos e continuamos fazendo a nossa parte. Compete agora às secretarias de estados e municípios se adequarem para o cumprimento de seu papel institucional.

Nessa edição da Eparrei, nossa homenagem in memoriam à Carolina de Jesus; o resgate histórico dos Quilombos de Santos, dos Lanceiros Negros do RS; algumas reflexões de educadoras que participaram do Seminário Nacional de Educação, organizado pela equipe CCMN no período de 09 à 13 de junho de 2004 em Santos, a experiência da Escola Criativa do Olodum, a escritora Conceição Evaristo, a vereadora santista Suely Morgado, beleza e a moda afro, dentre outros temas de interesse da sociedade brasileira.

Esperamos que no ano de 2007, tenhamos pernas, verbas e coragem para continuar investindo na comunicação.

Asè para todas (os)!

Alzira Rufino

**Editorial Revista Eparrei (ANALISADO)**

1º semestre de 2007 ANO VI nº12

**Editorial**

Enfrentamos rochedos, ventos e trovoadas, sem abandonar o barco, segurando o leme da nossa história. No processo de Ações Afirmativas apresentamos a Revista Eparrei nº12.

Atrevidas, sim!

Pensadoras, com certeza!

Abrimos o nosso baú com o pensamento de Matilde Ribeiro, Maria Ceíça, Rosane Borges, Lídia Garcia; um pouco do que é os 17 anos da Casa de Cultura da Mulher Negra, além de outras guerreiras navegantes do processo de mudança.

Registramos a história de mulheres negras contemporâneas que ousaram discordar e desconstruir o racismo na área das políticas públicas, ciências, cultura, poesia ou simplesmente fazendo.

Daqui e dali, costuramos e tingimos nossa colcha de retalhos. Arte com muita tinta preta para enegrecer as letras, pinceladas para uma manhã mais preta, pretinha.

Continuamos nos ares, nos mares, nas estradas deste Brasil.

Mulher Negra tem História !

**Alzira Rufino**

*Ps: fundo vermelho letras em branco.*

Editorial Revista Eparrei

1º semestre de 2009 ANO VII nº15

Desembarcando da máquina do tempo para produzir a Revista Eparrei. São nove anos acreditando e teimando em apresentar as raízes do continente africano aqui fincada por nossos antepassados.

É um pensar e repensar cada página na tentativa de diminuir a irracionalidade dos que teimam em pensar de outra forma a nossa cidadania.

São anos de luta, e, hoje já podemos ler as conquistas assinadas que ainda continuam nos papéis oficiais.

Acreditando no poder da comunicação com informação nós imprimimos a história de mulheres negras que não concordaram e não aceitam os papéis designados para a população negra.

Em 2009 o mundo assiste o país mais rico do mundo eleger como presidente Barack Obama que ao lado da guerreira Michele Obama como primeira dama continuam fazendo a diferença. E constatar a conjugação do verbo:

Nós podemos!

É com este pensamento que continuamos embarcando na máquina do tempo, e, com o número 15 da Eparrei estamos dando a nossa contribuição para que nossos avanços não continuem só no papel. Enfim:

Nós podemos!

Alzira Rufino

**Editorial Revista Eparrei (ANALISADO)**

1º semestre de 2010 ANO IX nº16

Terremotos, tempestades, enchentes; resultados visíveis da indiferença humana de séculos e séculos com africanas (os) e afrodescendentes, e, apesar de, nós continuamos firmes.

Temos como fundamento a fé para mudança de cenário tão carregado de exclusões. Resistimos informando e resgatando histórias de tantas mulheres que deram e continuam dando suas contribuições para aliviar o stress cotidiano.

Trazemos pensamentos e reflexões de mulheres negras de todas estações.

Iluminamos com cores, luzes e atitudes a edição da Eparrei nº16.

Boa Leitura!

Alzira Rufino/

Editora

## ANEXO B

### Entrevista Alzira Rufino

**Alzira Rufino** - Eu nasci em Ilha Negra, nasci em uma casa de cômodos, vários quartos, fiz o primário, fiz o ginásio e me formei em enfermagem, formação universitária. Trabalhei em hospital e estou a 32 anos no Movimento Negro. A luta na questão da mulher negra é uma questão de vida, é uma questão primordial. A questão da mulher e da raça negra uma das diretrizes da minha vida. Sou yalaorixá, sou filha de Iansã, com Ogum. Sou de uma religião de matriz africana, sou fundadora da Casa de Cultura. Estou tocando a casa porque agente sentiu que precisava de um espaço para as mulheres, em especial as mulheres negras, para poder, primeiro, resgatar a nossa história, segundo, ter onde falar um pouco sobre o racismo. E nesse meio tempo eu escrevi muito, fiz o discurso da formatura, trabalhei na Santa Casa, ganhei um prêmio na Santa Casa, o primeiro prêmio que eu ganhei foi com 17 para 18 anos e continuo a minha luta, participei de vários seminários, e estamos aí trabalhando.

**Silvia Castro** - E como que surgiu a ideia da revista Eparrei?

**Alzira Rufino** - A ideia da revista é por que agente sentiu ao olhar nas bancas, ao olhar os materiais escritos que não tinha nada específico para a mulher negra se você ver as revistas as visibilidades da mulher negra é muito pouca, então, agente pensou mas nós começamos fazendo jornalzinhos, foi um processo até chegar na revista Eparrei.

**Silvia Castro** – E quanto tempo durou mais ou menos esse processo?

**Alzira Rufino** - Esse processo para chegar na revista Eparrei durou mais ou menos 5 anos.

**Silvia Castro** – Seria mais por falta de financiamento?

**Alzira Rufino** - A sim por que produzir, fazer uma revista, trabalhar com mulheres negras é muito caro. Esse processo começou no pensamento e depois para a ação. Arrumamos alguns projetos internacionais, sensibilizamos para que o pessoal do exterior comprasse a nossa ideia e dentro disso agente começou a fazer a revista, começou vender as assinaturas de revistas individuais, mas realmente o povo negro não assina, o negro não compra, e infelizmente não prestigia, nos temos muito mais pessoas da raça branca que assinaram do que o nosso pessoal e hoje as assinaturas caíram muito, ouve essa quebraadeira a nível mundial, então nós não

temos como fazer a revista impressa. Estamos fazendo a revista on line, estamos continuando o trabalho mas não com ela impressa por falta de verba.

**Silvia Castro** – Esse financiamento exterior veio por qual fundação?

**Alzira Rufino** – Algumas fundações que eu não gostaria de falar.

**Silvia Castro** – E não teve interesse do governo, por parte do governo?

**Alzira Rufino** – Não, teve interesse por parte do governo, e nós não tivemos interesse de trabalhar com o governo, porque nós não queríamos intervenção. Porque se nós tivéssemos um projeto no governo ai eles já iam por outras jornalistas e com certeza brancas, o editorial e o encaminhamento da revista seria outro, então nós queríamos fazer uma revista do nosso jeito, e com a nossa cara.

**Silvia Castro** – Qual era o número médio de tiragem?

**Alzira Rufino** – Nós chegamos até 6 mil, não deu pra fazer mais.

**Silvia Castro** – Como que era a distribuição?

**Alzira Rufino** – Por assinaturas, a gente punha na internet, as pessoas pediam a assinatura, vendíamos na Casa, saíamos para todos os eventos com a revista, tentamos colocar na banca, mas o prejuízo era muito grande e as assinantes recebiam pelo correio.

**Silvia Castro** – A maior aceitação, você acha que era por parte do público de pessoas não-negras?

**Alzira Rufino** – As pessoas negras aceitaram, mas, veja bem, quem mais aceitou foram as pessoas brancas para pesquisas, escolas, e nós não temos pesquisadoras negras. Tivemos uma aceitação da raça negra no começo, mas após foi caindo porque, dizem que não tinham dinheiro pra pagar e a revista parou.

**Silvia Castro** – No site tem uma citação que “a revista tem esta proposta de mostrar negros e negras bem sucedidas, em que sentido é usado esse termo bem-sucedidos?

**Alzira Rufino** – Veja bem, é mostrar as mulheres negras que conseguiram vencer esta barreira do racismo. Ou seja, dentro das universidades, empresárias, mostrar pra raça negra, pra mulher negra em especial, que nós podemos, essa é a proposta. Mostrar para as mulheres negras que nós podemos, independente das barreiras que apresentam para que nós não caminhemos. Então a revista é, você veja bem, a criança negra ela não tem em quem se espelha, a mulher negra muito

pouco, então, nós fizemos essa revista pra mostrar que a guerra não é fácil, a luta não é fácil, mas nós podemos chegar lá.

**Silvia Castro** – Como que você avalia esse trabalho que vocês vem desenvolvendo, tanto no on-line, quanto na parte impressa?

**Alzira Rufino** – A parte impressa não temos mais. Nós não estamos mais fazendo, nós temos algumas revistas que sobraram, foram 16 edições e a parte on-line hoje a gente acha que atinge muito mais do que a impressa.

**Silvia Castro** – Vocês não pensam, porque a internet é um meio instável, a qualquer momento, você pode perder o seu material, o que você pensa a respeito.

**Alzira Rufino** – Mas pagar o provedor é mais barato que pagar a gráfica, pagar todo esse trabalho. Porque nós trabalhamos com várias jornalistas, uma no Paraná, uma na Bahia, outra no Rio de Janeiro. E nós não trabalhamos com serviço voluntário, porque nós entendemos que a mulher negra não pode fazer trabalho voluntário, então as pessoas, no início da revista, nós vínhamos com uma equipe aqui de Santos (fotógrafas, jornalistas, maquiadora), mas no fim, ficou muito pesado, nós fizemos umas 6 edições com a nossa equipe, e aí nós começamos requisitar as mulheres, as profissionais nos seus estados, elas faziam as entrevistas, os fotógrafos, e nós pagávamos daqui para baratar as custas. Porque hoje as mulheres que trabalharam na revista, vão procurar emprego na área de jornalismo com a revista debaixo do braço que é uma parte do currículo que ela apresentam na empresa.

**Silvia Castro** – Durante a pesquisa, eu observei teve certo silêncio em torno do Estatuto da Igualdade Racial.

**Alzira Rufino** – Com certeza.

**Silvia Castro** – o que você pensa sobre o assunto?

**Alzira Rufino** – Eu penso que falta divulgação. A comunicação e a informação é muito frágil. Poucas pessoas sabem deste Estatuto, entendo que os órgãos competentes deveriam divulgar mais. Então, esse Estatuto Racial ele ficou preso a meia dúzia de pessoas, agora, o povão mesmo que precisa saber, que precisa reivindicar não sabe e nem sabe pra que este estatuto serve. A falha é falta de comunicação e informação, mais materiais que chegue nas mãos das pessoas, fazer cartilha, jornais, usar todos os meios de comunicação e fazer um grande

estardalhaço para que a raça negra soubesse desse Estatuto, mas a coisa ficou meio fechada, frágil e a essência foi perdida.

**Silvia Castro** – Nesses 32 anos de Movimento Negro, como a senhora vê as relações raciais hoje no Brasil?

**Alzira Rufino** – Ainda há muita coisa a fazer. Precisa mudar muita coisa, é preciso muitas ações e principalmente nos meios de comunicação, porque o que você vê nessa Rede Globo, o que você vê nesses jornais, o que você vê nas revistas, sabe, da vontade de saí virando revolucionário, terrorista, porque é demais. Como eles mostram o negro e o negro concorda e serve de palhaço. Você vê as novelas, como que está Pescoço, Maria Vanúbia, Adelaide, e outras 'cositas más'. Quer dizer: Como é que um jovem e uma criança negra vai querer se identificar com isso que lhe é mostrado? Ou seja, parece que o trabalho do povo negro não é sério, não é sério! Estava vendo a Ana Maria Braga outro dia, a mulher teve a coragem de falar na cara da moça: 'tô' entrevistando uma negra que pensa, e nós não pensamos? Há muita, mas muita coisa pra se fazer. É necessário que tenha articulação disso, movimento daquilo, mas eu não vejo ações fortes. Estou com 62 anos, pra mim ainda não me satisfiz essas ações, porque elas são frágeis e é preciso que se tenha informação. O que é ser mulher negra, o que é ser negro nesse país, até onde a gente pode, e a gente pode muito a partir que nós somos mais de 50% da população. Se as mulheres são a maioria, nós então? Não é verdade? Mas eles ainda não nos vêem, você ta vendo aí essa PEC das Domésticas e quem é a maioria das domésticas? São as mulheres negras. Quer dizer eles querem continuar com essas atitudes escravocratas. Eu acho que os negros, nós negros ainda estão muito submissos, é o branco que manda, ou não? E nós aceitamos, porque nós não temos empresários negros, nós não temos imprensa negra, quer dizer, nós ainda dependemos do poder econômico da raça branca. Você vê, uma revista dessa, ela não prosseguiu, não prosseguiu por quê? Porque o povo negro não tem poder econômico e pra você fazer uma revistinha, ou você faz ou não faz. Então é melhor fazer on-line, que não é a mesma coisa, porque eu acho que a revista impressa é mais forte, é poder! Mas pra ter esse mais forte e pra ter esse poder você tem que ter dinheiro.

**Silvia Castro** – Uma das minhas hipóteses é que a revista sugere o empoderamento da mulher negra.

**Alzira Rufino** – Essa é a principal proposta. É o empoderamento da mulher negra, é o resgate da mulher negra, é a volta por cima da mulher negra, mas infelizmente... agora com essa quebradeira internacional piorou, em todo caso eu to indo aí pro mundo, pra ver se eu consigo mais recurso.

**Silvia Castro** – Sobre o sistema de cotas. Você acha que foi um avanço?

**Alzira Rufino** – Com certeza. Foi um avanço, que se fortaleceu em Durban, muito difícil emplacar essas cotas, não foi fácil, foi muita luta, mas foi um avanço e daqui 10 anos nós vamos ter a resposta. Vamos mostrar pra esse mundo, pra esse país chamado Brasil, que diz que não tem racismo, quem somos nós! Era necessário eles fazerem esse regaste da nossa história de 500 anos, eles têm que devolver em educação, em saúde digna, em informação, certo? Eu acho que esse processo de cotas foi uma das ações fortes do Movimento Negro e das pessoas sensíveis à nossa causa. Agora, cabe a nós, reformularmos algumas coisas nesse processo, mas entendo eu que o primeiro passo já foi dado.

**Silvia Castro** – Qual seria o próximo passo?

**Alzira Rufino** – Tem muitas coisas a serem feitas. Primeiro, se dá cotas, mas não dá meios pra pessoa chegar à universidade, não se dá alimentação, quer dizer, não se dá condições de vida para esses cotistas, ou seja, transporte, alimentação, dignidade, as pessoas que vem de outros estados e de outras cidades, precisa ter dormitórios dignos. E que o governo assuma real e de fato esta questão que eles nos devem e que tem que nos ressarcir. Essa caminhada ainda tem muito pra se caminhar, mas o primeiro passo foi dado. A gente primeiramente tem que convencer o nosso povo para depois convencer poder público, políticos, porque, se o nosso povo não fortalece nossas ações? Precisa convencer e sensibilizar os beneficiados desse processo de cotas. Pra que nós possamos com a nossa força de quase 50% da população mudar esse processo. As pessoas dizem que o racismo não é visível, o racismo não é visível pra quem não é negro, agora quem é negro ou negra, sabe o que é o racismo. O racismo só quem sente sabe! O Brasil ainda continua, você está vendo aí nas ações, um país extremamente racista e as pessoas não querem melhorar. É como eu digo a gente precisa agora apostar nos jovens, porque o que está aí não vai mudar. Tem que investir nos jovens e nas crianças. Ou seja, investir no futuro. E você vê, tem crime de racismo, é crime inafiançável, mas quem? Como é que você prova isso? Ora, nós temos um departamento jurídico, temos advogados

e pra descaracterizar eles fazem tudo. E não conseguimos prender um só racista. O poder hoje está na mão dos homens e dos brancos. E as mulheres formadas hoje têm cabeça de homem, então, você tem que atuar nas duas áreas, no movimento de mulheres e no movimento racial, pra que essas mulheres se sensibilizem que elas são mulheres. A necessidade delas terem outro olhar para essas questões, porque se fosse pra pensar como homem, não precisava de uma mulher.

**Silvia Castro** – Quais são essas especificidades de ser mulher e ser negra?

**Alzira Rufino** – Hum ... (risos) é barra! É muito sério. Porque ao ser mulher, que pensa, como dizem as brancas, você já é discriminada, né? Ao ser mulher negra, você é discriminada duas vezes, e as dificuldades são muitas, porque a pessoa não acredita, as pessoas acham a mulher negra só é boa de cama, boa de samba e que não tem potencial intelectual nem um. A partir que esta mulher saia deste âmbito do que eles acham o que é a mulher negra, aí a gente começa a enfrentar uma série de dificuldades, como o desemprego, como a calúnia, como o preconceito, principalmente a calúnia e a difamação, o desemprego. Você pode acreditar você vai numa empresa tem três brancas e você, a branca entra e você não. A falta de crédito que a sociedade dá para uma mulher negra que ta fora do âmbito “normal”, do que se pensam. O racismo as pessoas normatizam, o racismo é normal, a partir que a mulher negra perceba que ela é discriminada há mudança, mas é muito difícil, que as pessoas não conseguem agüentar, porque, é muito forte, é muito sério e é muito sofrido e é muito duro. Com essa Casa aqui já passamos pedaços e continuamos passando. E a própria raça negra não entende o porquê da luta, está na escola os professores desestimulam, vai pro trabalho, a família, os vizinhos: Que nada esse negócio de mulher negra, você é uma negra bonita, né? Aí voltamos pros meios de comunicação o fortalecimento dessa cadeia. Então, é difícil sair desse abismo, mas a gente tenta. E saí, né? Mas acho que nossos antepassados sofreram muito mais e nós estamos continuando a luta deles. E o futuro vem aí pra continuar a nossa e essa luta nunca termina... no meu entendimento!

**Silvia Castro** – Alzira obrigada pela entrevista, foi um prazer.

**Alzira Rufino** – Uma última coisa que quero te dizer, quando eu nascer de novo eu vou nascer mulher, vou nascer negra e com muito mais garra, porque a minha luta aqui nesse planeta quando eu for, está inacabada, então, tenho que

voltar pra acabar. Essa é uma proposta que eu faço pra Olorum, voltar mulher e voltar negra, porque, essa luta está inacabada.

Entrevista realizada em 24 de maio de 2013, na sede da CCMN, na Rua professor Primo Ferreira, nº 22 – Boqueirão – Santos – SP.

**ANEXO C**

CD arquivos digitais

**Capas, sumários e editoriais**